



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 3

MANDATO 2017/2021

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Intervenção do público; -----
- 2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 - Aprovação da ata da sessão realizada no dia 23.11.2017; -----
- 2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----
 - 2.1 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2018, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----
 - 2.2 – Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2018; -----
 - 2.3 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2018; -----
 - 2.4 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2018; -----
 - 2.5 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2018 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2018. -----
 - 2.6 - Aprovação e divulgação do relatório de ponderação e seus resultados - Aprovação da versão final da proposta de alteração do regulamento do PDMV; -----
 - 2.7 - Aprovação da Fase III – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Valongo – Relatório Final; --
 - 2.8 - Proposta de abertura de concurso público para fornecimento de mobiliário urbano com atribuição do direito de exploração da publicidade; -----
 - 2.9 – Terceiro aditamento ao contrato de concessão de exploração de gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha e tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Valongo; -----
 - 2.10 – Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2017/2021. -----
3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
4. Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira referente ao 1.º semestre de 2017 – apreciação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, José Maria Veloso Delgado, Luís Miguel Mendes Ramalho, Alberto Frenando Correia Neto e José António Ferreira Silva. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alexandre Manuel da Silva Teixeira, Arnaldo Pinto Soares, César Augusto de Oliveira Ferreira, Maria da Trindade Morgado do Vale, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso e Paula Cristina da Silva Moreira tendo sido substituídos, respetivamente, por André Monteiro Reis, António Sérgio Ribeiro Pinto, Adelino Joaquim Machado Soares, Luís Paulo Moreira Cunha, Tiago Alexandre Gaspar Sabença e Joaquim António Leitão Almeida. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavras aos munícipes que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Munícipe, Manuel Padilha**, disse que existem muitos dejetos dos animais nas ruas, pois as pessoas que andam a passear os cães têm que ir ao Porto buscar os sacos à Sociedade Protetora dos Animais, havendo câmaras e juntas de freguesia que dão os sacos. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.1**. -----

De seguida fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.2**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, faz a leitura de uma **Recomendação** que anexa à presente ata como **Doc.3**. -----

De seguida fez a leitura de uma **Moção** que se anexa à presente ata como **Doc.4**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara como se sente quando vai tirar a fotografia com as famílias a entregar uma casa, na altura de Natal, e olha para aquelas famílias que têm crianças, e pensa eu fiquei com as casas aqui guardadas para agora ficar a posar para a fotografia enquanto estas famílias durante meses estiveram em situações muitas vezes desumanas, gostaria de saber o que sente. -----

De seguida fez a leitura dos seguintes requerimentos: -----

Requerimento - “Tanque de abastecimento de água”, anexo à presente ata como **Doc.5**, cujo teor se transcreve: -----

“Recentemente, a CDU foi alertada para o facto de ter sido eliminado um tanque de água que servia para abastecimento aos bombeiros no combate aos incêndios, na zona urbanizada pela Chronopost. -

Requeremos que nos seja prestada a seguinte informação: -----

- *Se é verdade a eliminação deste tanque aquando da urbanização. -----*
- *Se foi realizado algum estudo que permitisse concluir que a sua eliminação não acarretaria prejuízos no combate aos incêndios. -----*
- *Se foi pedido algum parecer à Comissão Municipal de Defesa da Floresta.” -----*

Requerimento – “Limpeza de Terrenos”, anexo à presente ata como **Doc.6**, cujo teor se transcreve: ---

“Vimos requerer que nos seja dada a seguinte informações referentes à limpeza de terrenos no concelho: -----

- *Lista dos terrenos pertença da Câmara Municipal, elencados por freguesia, indicando a sua localização GPS. -----*
- *Última limpeza efetuada pela Câmara Municipal a cada um dos terrenos que são sua propriedade.” -----*

Requerimento – “Terreno abandonado na zona do Outeiro” anexo à presente ata como **Doc.7**, cujo teor se transcreve: -----

“Gostaríamos de saber se a CM de Valongo tem conhecimento da situação do terreno existente na zona do Outeiro em Campo, popularmente conhecido pela designação “Pedreiras do Saramago”, cuja proprietária é a empresa Lousas de Valongo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Este encontra-se completamente ao abandono, sem que haja qualquer proteção ao acesso às antigas pedreiras. -----

Pretendemos saber se a CM se já tomou alguma medida para intimar a proprietária a limpar e vedar os terrenos? Se não o fez, pretendemos saber se o irá fazer?” -----

Requerimento – “Cálculo da Reda Apoiada”, anexo à presente ata como **Doc.8**, cujo teor se transcreve: “Vimos por este meio requer que nos sejam apresentados os cálculos efetuados para determine-o da renda apoiada conforme Lei n.º 81/2014 alterada pela Lei n.º 32/2016, no caso de um agregado familiar:

- composto por dois elementos; -----
- cujo rendimento mensal líquido é de 732€; -----
- o valor referido é contabilizado a 14 meses e é o valor líquido que consta nos recibos/reformas.
- a tipologia do andar para o qual pretendemos que nos sejam apresentados os cálculos é um T3.
- não tendo este agregado dependentes, nem deficientes, tendo ambos os elementos do agregado idade inferior a 65 anos. -----

Assim, pretendemos que nos sejam apresentados os cálculos realizados para inferir acerca de: -----

- Renda máxima da fração, referindo o valor VP. Tributário e a taxa; -----
- Rendimento mensal corrigido; -----
- Taxa de esforço; -----
- Valor da renda.” -----

Disse de seguida que relativamente à Recomendação sobre a tarifa social, a mesma já está incluída no aditamento ao contrato da Água. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Requerimento** que se anexa à presente ata como **Doc.9**, cujo teor se transcreve. -----

“O Grupo Municipal do PPD/PSD vem por este meio requerer, à Câmara através da Mesa que nos sejam facultadas mensalmente as seguintes informações: -----

1. Montantes de todos os ajustes diretos feitos pela Câmara Municipal de Valongo. -----
2. Entidades a que esses ajustes diretos foram feitos. -----
3. Objeto desses mesmos ajustes diretos. -----
4. As propostas/orçamentos que estiveram na base dos ajustes diretos. -----

Este requerimento será válido para todo o mandato de 2017-2021, e a informação deve ser-nos facultada mensalmente.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura dos seguintes requerimentos: -----

Requerimento – “Rua Estrada Velha de Fervença é ou não é?”, anexo à presente ata como **Doc.10**, cujo teor se transcreve: -----

“Foi decidido na última reunião da Câmara Municipal a atribuição do nome a uma rua na União de Freguesias de Campo e Sobrado. A rua, que se situa na zona da Fervença, passaria a ter a designação de Rua da Estrada Velha da Fervença. -----

Apesar desta decisão, o facto é que a rua continua legalmente sem nome e os seus habitantes continuam sem ter número de polícia atribuído às suas casas. -----

Vimos requerer que nos seja prestada informação acerca deste assunto e para quando a resolução desta questão.” -----

Requerimento – “Rua Padre Avelino Ascensão”, anexo à presente ata como **Doc.11**, cujo teor se transcreve: -----

“A Rua Padre Avelino Ascensão foi alvo de uma intervenção da empresa Águas de Valongo em setembro de 2017. A intervenção foi dada por terminada, mas rua não foi arranjada pela empresa de acordo com o normalmente protocolizado. Qual a razão para tal não ter acontecido? Quem vai pagar o arranjo da rua? -----

Entretanto, na comunicação social e no Facebook da autarquia, foi afirmado que as obras nesta rua ainda não foram iniciadas para não prejudicar os moradores na época de natal, também foi referido que o auto de consignação total foi assinado. A nossa dúvida é a seguinte, sendo verdade que a obra podia iniciar já em 2017 e tendo em consideração o tempo que já passou após a finalização dos trabalhos por parte da empresa Águas de Valongo, seria imputada a que rubrica do orçamento de 2017, seria nos “Outros Construções e pavimentações no concelho” com a verba de 127 mil euros na 7ª Revisão do Orçamento? Como poderia ser iniciada se não estava inscrita no orçamento? Será que foi para não criar transtornos no Natal ou porque dava trabalho fazer uma nova revisão orçamental para que a obra pudesse decorrer até ao término de 2017? -----

Vimos desta forma requerer que nos seja prestada as informações acima descritas acerca deste problema.” -----

Requerimento – “Protocolo entre a CM de Valongo e a Associação Sójovem”, anexo à presente ata como **Doc12**, cujo teor se transcreve: -----

“Em 1 de Julho de 2015, em reunião do executivo da Junta de Freguesia de Ermesinde, foi deliberada a assinatura de um protocolo, com a associação SóJovem para prestação de serviços. Após a tomada de posse, o PS de Ermesinde verificou a existência de um parecer da CCDRN referindo que o protocolo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

carecia de suporte legal, levantando várias questões relativas ao mesmo. Esta situação foi altamente dramatizada pelo PS e na altura a CDU concordou com o mesmo de que este deveria ser renunciado, para que fosse reposta a legalidade, mas o estranho é que agora é a Câmara Municipal a ter o mesmo protocolo com a mesma associação. -----

O que mudou do protocolo assinado pela Junta para aquele que foi assinado pela Câmara Municipal? Foi pedido um parecer à CCDRN acerca deste novo protocolo?" -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que as contas da Expoval 2017 tiveram um saldo negativo de 130 mil euros, sendo 91 mil euros referentes às tendas e, pensa que, 93 mil euros em espetáculos. -----

Em 2015, ano em que a Expoval não deu 130 mil euros de prejuízo, foi feito um relatório com todas as atividades da Expoval, tudo muito bem discriminado, a quem se pediu patrocínios, quem deu, como o dinheiro foi gasto. -----

Agora houve, inclusive, spots na TVI, onde se pagou 18 mil euros, gostava de ter acesso ao relatório da Expoval 2017. -----

Disse de seguida que 80% a 90% dos patrocinadores da Expoval são fornecedores da Câmara Municipal de Valongo, o que na sua opinião não será ético, situação com a qual não concorda. -----

Não concorda que exista um Gabinete que se chama Mais Investimento Mais Emprego e que trouxe zero para Valongo, pois esse gabinete limitou-se a fazer as vontades do Senhor Presidente da Câmara, por exemplo em 2017 andou a bater de porta em porta a pedir patrocínios para a Expoval, sendo a única coisa que fez. -----

Hoje em dia têm um grande investimento em Valongo, com a Feira da Regueifa e do Biscoito, uma grande festa em Ermesinde, uma grande festa em Alfena e continuam do ponto de vista do investimento local a prejudicar a freguesia de Campo e Sobrado, e mais uma vez no orçamento para 2018 acontece exatamente o mesmo, recebe quase zero, pois existe uma pequena migalha para a Semana das Coletividades. -----

Quando ouvia o Membro Armando Baltazar a falar no mais transparente, na sua opinião têm um concelho cada vez menos transparente e mais caro, e há uma coisa que ainda não conseguiu perceber, o senhor Presidente costuma dizer que precisa de mais para dar, e então tira para dar, como se quisessem ter alguém que lhes gira o dinheiro, e então vão pagar mais IRS, mais IMI, mais água, mais tudo. -----

Apresentou um **Requerimento** que se anexo à presente ata como **Doc.13**, cujo teor se transcreve: ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“O Grupo Municipal do PPD/PSD vem por este meio requerer Câmara Municipal de Valongo, através da Mesa da Assembleia, que nos seja facultado, à semelhança de 2015, o relatório e contas da EXPOVAL 2017.” -----

Disse de seguida que visitou o site base.gov tendo verificado que as Aldeias de Natal custaram 70 mil euros, e apesar de serem o concelho mais transparente quando carregam no base.gov não chegam aos documentos que os leve a perceber a informação. -----

No ano passado contrataram uma empresa de Snow Tubing por 20.500 euros mais IVA, e na semana antes a mesma empresa tinha alugado por 8.500 euros à Câmara de Cinfães, havia uma diferença de dias, mesmo que aceitasse que se contratava duas vezes o equipamento poderiam chegar aos 15.000 euros, mas pagaram 20.500 euros mais IVA. Este ano a pista de Snow Tubing custou 25.600, mais 25% do que no ano passado, tendo sido adjudicado a uma empresa que foi constituída este ano e só tem adjudicações no mês de dezembro, a empresa do ano passado que no ano passado fez 8.500 euros à Câmara de Cinfães este ano fez 7.700 euros. -----

No mês de dezembro para quem não sabe o senhor Presidente da Câmara gastou 40 mil euros mais IVA para pagar os vídeos do JN, os vídeos do Facebook, não são de borla nem são notícias, são publicidade paga pelo Município; gastou com uma empresa de consultadoria que vai fazer durante 6 meses o levantamento das necessidades de comunicação a quem vão pagar 27 mil euros mais IVA. --

De seguida apresentou os seguintes Votos de Louvor: -----

- **Voto de Louvor** anexo à presente ata como **Doc.14**, cujo teor se transcreve: -----

“No passado dia 22 de novembro Portugal ganhou mais dois restaurantes com uma Estrela Michelin no guia para 2018. São eles o “Gusto”, do hotel Conrad Algarve chefiado pelo alemão Heinz Beck e o restaurante do Bela Vista Hotel & Spa, liderado pelo nosso conterrâneo, natural da Freguesia de Campo, o Chefe João Oliveira. -----

João Oliveira, de 29 anos, formou-se na Escola Profissional Infante D. Henrique, no porto, como Técnico de Cozinha, em 2006 e desde então tem passado pelas maiores referências gastronómicas de Portugal, nomeadamente no restaurante largo do Paço, em Amarante e com uma Estrela Michelin, no The Yeatman hotel, onde foi Subchefe durante quatro anos também com uma Estrela Michelin, bem como no restaurante do Hotel Vila Joya, premiado com 2 Estrelas Michelin. Em 2015, João Oliveira rumo ao VISTA Restaurante enquanto Chefe e leva o restaurante à conquista do galardão maior da gastronomia mundial. -----

Por ser atualmente um dos melhores chefes de cozinha do mundo, por nunca ter renegado as suas origens e afirmar com orgulho a naturalidade ao nosso Concelho, por ter sido merecedor de tao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

prestigiada distinção que é o galardão Estrela Michelin, o grupo PSD propõe à Assembleia Municipal de Valongo a aprovação de um Voto de Louvor ao chefe João Oliveira.” -----

- **Voto de Louvor** anexo à presente ata como **Doc.15**, cujo teor se transcreve: -----

“No passado dia 20 de novembro, o Chefe Rui Silvestre, natural de Alfena e responsável pelo restaurante Bon Bon onde em 2015 ganhou uma estrela Michelin, foi distinguido com o “Prix au Chef de L’Avenir”, prémio da Academia Internacional de Gastronomia (AIG) que reconhece a projeção e o talento de jovens chefes promissores a nível internacional. -----

Rui Silvestre foi o mais jovem chefe português a ganhar uma estrela Michelin. Dotado de uma linguagem com fortes bases de técnica francesa, transforma, de modo atrevido, ligações improváveis em pratos emocionantes e cheios de sabor. Rui Silvestre acredita que os produtos locais, criteriosamente selecionados, fazem a diferença em cada prato. -----

Por ser atualmente um dos melhores chefes de cozinha do mundo, por nunca ter renegado as suas origens e afirmar com orgulho a naturalidade ao nosso concelho, por ter sido merecedor de tão prestigiadas distinções que foram o galardão Estrela Michelin em 2015 e é agora o prémio da Academia Internacional de Gastronomia, o grupo do PSD propõe à Assembleia Municipal de Valongo a aprovação de um Voto de Louvor ao Chefe Rui Silvestre.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que foi com apreço que o CDS viu o resultado das suas propostas no orçamento da Câmara Municipal de Valongo para o ano 2018, tais como os descontos a famílias numerosas e a procura de financiamentos comunitários que trouxeram um aumento de quase 13 milhões de euros. -----

Por outro lado não pode deixar de mostrar o descontentamento e dar um alerta com o procedimento adotado pelo Executivo nas reuniões de Câmara para ouvir as opiniões dos diferentes partidos para o novo orçamento, pois não é aceitável entregar documentos para apreciação e discussão 5 minutos antes da reunião. -----

Tendo em conta os pontos a serem discutidos gostaria de abordar algumas das medidas do orçamento da Câmara Municipal de Valongo para o ano 2018, tal como o aumento do IMI em cerca de 13%, medida que o CDS reprova vivamente, uma medida que aliada a uma taxa máxima da Derrama Municipal e participação variável de IRS ataca diretamente as famílias e as empresas do Município. -----

Assim, gostaria de questionar qual o motivo que levou o Executivo a optar por um orçamento tão pesado para as famílias e empresas do Município. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.15A**, cujo teor se transcreve: -----

“Chegou ao conhecimento da bancada municipal do PPD-PSD o processo n.º69-OC/2017 que está a correr nos serviços da Câmara Municipal relativamente à implantação de uma plataforma logística, da empresa JDC, na Rua Álvares Cabral, zona residencial dos Lagueirões, na freguesia e concelho de Valongo. -----

*No que concerne à **opção política**, consideramos que a integração de um equipamento que é (na prática - repetimos: na prática) um equipamento industrial, em plena zona residencial não é desejável. Ainda mais, pelo facto de se tratar de um equipamento com um impacto tão grande no quotidiano de quem reside nas suas imediações - devido ao elevado tráfego rodoviário, que resultará necessariamente em elevada poluição sonora e visual, bem como num forte desgaste da rede viária naquele local e respetivos acessos. Entendemos que a implantação deste equipamento afetará negativamente a vida dos habitantes de Valongo em geral e dos residentes nos Lagueirões em particular. Entendemos que tal sucede de forma injustificada, uma vez que existem zonas industriais no concelho, indubitavelmente, mais bem preparadas para receber uma plataforma logística, que facilmente acomodariam este projeto. -----*

*Esta é uma opção política que contestamos, continuaremos a contestar e que deve ser assumida pelo Senhor Presidente da Câmara como uma opção dele, com todas as consequências que daí advêm. - No que concerne à **legalidade do processo**, não podemos e não iremos deixar passar em branco aquilo que nos parecem violações gritantes da lei em todo este processo. Não obstante tais questões já terem sido remetidas para as autoridades competentes, não deixará a Assembleia Municipal de desempenhar aquela que é a sua função por excelência - a de fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. -----*

Em primeiro lugar, na Memória Descritiva e Justificativa apresentada no âmbito do referido processo n.º69-OC/2017, o fundamento primordial apontado para o bom andamento do contrato de urbanização a celebrar entre a requerente JDC e a autarquia é a existência de “pré-acordo de interesses, entre a requerente JDC e a Autarquia” - cfr. para.1 do ponto 5. do documento. -----

Também a Informação n.º414/DOTA.EU/2017 e o parecer do Chefe de Divisão de Arquitetura, relativo ao mesmo processo, fundamentam a proposta de deferimento final do pedido de licenciamento na “existência de um ‘pré-acordo’ com a autarquia” - cfr. para.16 da informação técnica referida. -----

Temos conhecimento de que o Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Ambiente terá fornecido a informação de que tal pré-acordo não existe e que tal até nem seria desejável, pois ocorreria à margem da lei. Certo é que tal pré-acordo, que teria como uma das partes a autarquia - ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

seja, que não pode ser desconhecido por esta, serviu para fundamentar a decisão de deferimento do pedido de licenciamento! -----

*Por isso, custa-nos a admitir que o pré-acordo seja fantasma. Razão pela qual, **requeremos** à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia Municipal, que nos faça chegar o mencionado pré-acordo.*

***Em segundo lugar**, nos termos legais foi requerido o agendamento de reunião extraordinária da Câmara Municipal. O único conteúdo que a bancada do PPD-PSD conhece quanto a este requerimento prende-se com o requerimento apresentado por e-mail, datado de 21 de setembro de 2017, subscrito pelo então Vereador Eng.º Hélio Rebelo, em que se requeria a convocação da reunião com o agendamento do ponto relativo à “ revogação da decisão de aprovação do projeto de arquitetura no âmbito do processo n.º69-OC/2017”. O Senhor Presidente da Câmara negou a convocação da referida reunião extraordinária, respaldando a sua posição num Parecer jurídico. Com esta atitude, o Presidente da Câmara não aceitou discutir um ponto de onde poderiam resultar factos ou circunstância que pudessem fundamentar a revogação da decisão. -----*

Quanto ao mencionado Parecer, desde logo, note-se que tal parecer jurídico não dedica uma linha, ou sequer uma palavra à legalidade ou ilegalidade da convocação da dita reunião. Mas mais: aquele Parecer invoca o artigo 167.º, n.º2, que na sua alínea c) determina que os atos constitutivos de direitos podem ser revogados “com fundamento na superveniência de conhecimentos técnicos e científicos ou em alteração objetiva das circunstâncias”. O mesmo Parecer prossegue, concluindo que “ Relativamente ao ato de aprovação do projeto de arquitetura no processo de licenciamento em causa, não se verifica nenhuma das situações previstas no n.º2 do art.º 167.º do CPA”. -----

*Ora, a bancada do PPD-PSD não conhece os argumentos e os elementos documentais que na reunião requerida seriam apresentados, nomeadamente pelos requerentes da reunião extraordinária. Ou seja, desconhecemos quais os factos técnicos ou científicos, ou as alterações de circunstâncias que se resultariam da reunião requerida e nunca agendada. Contudo, o departamento jurídico da Câmara teve de ter conhecimento daqueles factos para conseguir concluir que eles não se subsumiam ao referido artigo 167.º, n.º 2, alínea c)! Destarte, **requeremos** à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia Municipal, que nos faça chegar a informação sobre os fundamentos que seriam apresentados pelos requerentes na reunião extraordinária, com base nos quais o departamento jurídico fundamentou a sua posição.” -----*

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que a Câmara Municipal de Valongo, uma das mais transparentes do País mas que se nega a prestar qualquer esclarecimento à Junta de Freguesia de Alfena, que também foi eleita. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O senhor Presidente da Câmara contínua a não dar qualquer resposta às solicitações da Junta de freguesia de Alfena, havendo alguns assuntos que no deixam muito preocupados, porque fazem muita falta à freguesia, e com os quais são diariamente questionados pelas pessoas. -----

A última informação em relação a quase todas as solicitações remonta às eleições num documento de campanha que o senhor Presidente fez distribuir. -----

Disse de seguida que quando foi da integração do saldo, e na altura por proposta do senhor Vereador Adriano Ribeiro da CDU, foi forçado o senhor Presidente da Câmara a incluir 100 mil euros para dar início ao processo de construção da nova Junta de Freguesia de Alfena, como questionaram por escrito e pessoalmente, sob o ponto de situação desse assunto, e ainda não obtiveram qualquer resposta. ----

Em relação à rua de Vilar estava no orçamento de 2017, e como 2017 está a chegar ao fim e não veem obra nenhuma, e como constava no orçamento 150 mil euros, e no orçamento para 2018 essa verba desapareceu, gostaria de saber como é que está a rua de Vilar, o mesmo aconteceu com cerca de 150 mil euros para a recuperação do Moinho do Cabo. -----

Em relação o parque Vale do Leça, onde está a recuperação do moinho, estava orçamentado, planada a colocação de um parque infantil que também desapareceu. -----

Gostaria de saber para quando está prevista a conclusão da obra na ponte de Cabeda, pois os constrangimentos são muitos na circulação, no comércio local, nas crianças que se deslocam para a escola porque não existe alternativa. -----

De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** que se anexa à presente ata como **Doc.16**. -----

Leu seguidamente um **Voto de Louvor** que se anexa à presente ata como **Doc.17**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que relativamente à recomendação sobre a adesão à tarifa da água, uma coisa é a Autarquia ter tomado a iniciativa de implementação de uma tarifa social, num aditamento à água, outra coisa é a Recomendação que se refere ao decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, onde foi estabelecido o regime de atribuição da tarifa social a aplicar às pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviço de água. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que sobre as respostas aos requerimentos, em primeiro lugar, por lapso, houve um atraso no envio dos mesmos para a Câmara, por outro lado a última Assembleia Municipal foi há menos de um mês, e por último foram dadas todas as respostas aos requerimentos, embora muito em cima da data da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal o PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que, em primeiro lugar não basta dar resposta antes da Assembleia, não é isso que a lei diz, o que a lei diz é em tempo útil antes da Assembleia seguinte. -----

Em segundo lugar, existe o histórico de 4 anos, em que de forma reiterada o senhor Presidente da Câmara, não obstante pregar a transparência e o estrito cumprimento da legalidade, a verdade é que reiteradamente incumpriu essa lei. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, fez a leitura de um **Voto de Pesar/Voto de Louvor** anexo à presente ata como **Doc.18**, cujo teor se transcreve: -----

“O dia 15 de Outubro de 2017 foi considerado o pior dia do ano em termos de fogos florestais, com a Proteção Civil a registar 443 ocorrências no período de 24 horas. -----

As centenas de fogos que deflagraram provocaram 45 mortos e cerca de 70 feridos, muitos deles em estado grave. -----

Os incêndios obrigaram a evacuar várias localidades, a realojar populações e a cortar várias estradas. Mais de 800 habitações permanentes e quase 500 empresas ficaram destruídas ou seriamente danificadas. -----

Os incêndios de 15 de Outubro fustigaram vários concelhos nas regiões Centro e Norte do país – mais propriamente 59 –, deixando um rasto de destruição que afetou diversas atividades económicas. -----

*Foram consumidas extensas áreas florestais em 27 concelhos da região Centro, sendo especialmente afetados os municípios de **Oliveira do Hospital, Penacova, Arganil, Tábua, Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares, Gois, Mira, Lousã, Vouzela, Santa Comba Dão, Tondela, Nelas, Carregal do Sal, Oliveira de Frades, Mortágua, Gouveia, Seia, Marinha Grande, Alcobaça, Pombal, Óbidos, Sertã, Oleiros, Castelo de Paiva, Aveiro e Vagos.** -----*

Perante a magnitude desta tragédia, a ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO, reunida em sessão ordinária de 22 de Dezembro de 2017, delibera: -----

- A- Aprovar por unanimidade um VOTO DE PESAR pela tragédia ocorrida, em especial na sua dimensão humana, traduzida no elevado número de vidas ceifadas pelo fogo e pela destruição de casas e demais haveres de centenas de famílias, pela catástrofe ambiental daí resultante e pelos elevadíssimos prejuízos económicos e sociais decorrentes da destruição de infraestruturas, empresas e postos de trabalho, solidarizando-se com todos os cidadãos que direta ou indiretamente foram afetados pelo nefasto acontecimento; -----*
- B- Aprovar por unanimidade um VOTO DE LOUVOR aos Bombeiros, às Forças Armadas, aos efetivos da GNR e da PSP, aos Hospitais e Centros de Saúde, às Instituições Solidarietà*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Social e demais Entidades envolvidas nos meios de socorro e, em geral, aos cidadãos anónimos que, com total desprendimento e de forma abnegada e estoica, por vezes arriscando a própria vida, combateram a monstruosidade do incêndio e que, com a sua ação, contribuíram para minorar o sofrimento das populações atingidas pela calamidade. -----

C- *Comunicar os sobreditos votos de PESAR e de LOUVOR às Assembleias Municipais do Municípios atingidos.” -----*

De seguida colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no final da sessão o que foi aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 1 -Aprovação da ata da sessão realizada no dia 23.11.2017, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade.** -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2018, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS; Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre,** disse que na política, como na vida, é preciso fazer opções, essas opções são boas ou más de acordo com os motivos que as justifiquem. A justificação clara e objetiva das opções que são tomadas em nome do interesse público e coletivo deveria ser aliás uma boa prática na política o que nem sempre acontece. -----

Disse de seguida que estão perante uma proposta do Executivo para a atualização do IMI no concelho de Valongo, sendo algumas razões e motivos que justificam esta opção: -----

Em primeiro lugar o aumento do IMI é um contributo absolutamente necessário e indispensável para dotar a Câmara Municipal de melhores condições de investimento, de forma a poder implementar projetos e ações que ajudem a responder a problemas e necessidades da população do concelho. ----

E que projetos são esses, enumeremos, no seu entender são mais significativos do ponto de vista social e económico. -----

O aumento da dotação em cerca de 50% do Fundo de Emergência Municipal; a diminuição do custo em 40% para as famílias com o Programa de Férias Escolares, que atualmente pagam 45 euros por semana e por criança; a implementação do Programa de Combate ao Insucesso Escolar, designado Mais Val, o qual terá um custo previsível de 600 mil euros; a criação de novos parques infantis e disponibilização de máquinas de desporto de acesso livre; a criação de programas que permitirão fazer reparações correntes e pontuais nas vias, arruamentos e passeios; aumento em 50% no Orçamento Participativo Jovem, que passará a ter um valor anual de 120 mil euros; a substituição das coberturas em fibrocimentos em todas as escolas do concelho, ou seja do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O acerto proposto de IMI tem um carácter fundamentalmente redistributivo e de justiça social, e desde logo na sua arquitetura, esse acerto resultará um aumento anual inferior a 40 euros para a generalidade das famílias, algumas das quais terão ainda desconto de acordo com o número de filhos a cargo, para um valor médio patrimonial tributário por imóvel de 75 mil euros. -----

Em segundo lugar essa proposta contribuirá também para imprimir mais ordem e boa utilização do edificado do concelho, já que nela estão previstos agravamentos das taxas para os prédios degradados e em estado de abandono. -----

De acordo com os dados divulgados no Portal da CCDR-N em 2016 a receita total, em Valongo, foi de 373 euros por habitante, a mais baixa de toda a região norte, como sabem inclui cerca de 90 municípios, e foi também quase metade do valor médio praticado pelos municípios da Área Metropolitana do Porto, cujo valor registou 670 euros por habitante. -----

Esta disparidade coloca o Município de Valongo em enorme desvantagem relativamente aos municípios vizinhos na procura de padrões aceitáveis de qualidade de vida e da promoção de bem-estar social da sua população, e em particular dos que têm menores recursos. -----

Estão perante uma proposta, que no entender do Grupo Municipal do PS, dará um importante e insubstituível contributo para imprimir uma nova dinâmica de desenvolvimento sustentável ao concelho de Valongo. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.19**, cujo teor se transcreve: -----

“PS sem maioria absoluta e segundo o mesmo com as contas da CM não controladas devido à gestão PSD: -----

“[...] Com a decisão de redução, o Município de Valongo iria abdicar de uma receita na ordem dos cento e vinte mil euros que fazia falta, mas teria de ser encontrada uma contrapartida ao nível da redução na despesa... Interveio o Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Ribeiro, dizendo que seria integralmente cumprido o compromisso eleitoral, sublinhando que gostaria de desonerar completamente os munícipes.”[1] -----

“Numa altura em que muitas famílias portuguesas atravessam graves dificuldades financeiras, a Câmara Municipal de Valongo entendeu abdicar de parte da receita e, por proposta do seu presidente, diminuiu o IMI a pagar pelos munícipes do concelho. Assim, em 2014 a autarquia de Valongo cobrará uma taxa de 0,355% para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis”[2] -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, a CM Valongo, aprova a 15/11/2017 uma redução da taxa de IMI em 0,005% para os prédios urbanos, significando por exemplo, uma redução de 5€ para uma habitação com um valor de 100 mil euros. Introdz também, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, uma redução em 20€, 40€ e 70€, para as famílias com 1, 2 e mais de 3 dependentes respetivamente. Esta descida apesar de insignificante foi vista pela CDU e pelos Valonguenses como um sinal que o caminho que o PS pretendia percorrer era no sentido da descida deste imposto, que afeta sobretudo a classe média. -----

PS com maioria absoluta e segundo o próprio seguindo um “percurso de consolidação orçamental”[3] iniciado quando estava em minoria: -----

Com este aumento o concelho ganha mais capacidade para devolver às famílias com investimentos... Valongo tinha o valor mais baixo da região Norte, de 373 euros per capita. E mesmo com esta mexida vamos ser um dos concelhos com menor carga fiscal. Sem ovos não se fazem omoletas. Para termos capacidade e devolver qualidade de vida às famílias precisamos de receitas”[4]. -----

Desta forma, o mesmo PS liderado por José Manuel Ribeiro, consegue de cordeiro passar a lobo, mudando radicalmente o seu discurso, afinal José Manuel Ribeiro quando esteve em minoria estava enganado e só com aumentos de impostos é que Valongo conseguirá aumentar o seu investimento. Há o José Manuel Ribeiro/PS antes da maioria absoluta e o José Manuel Ribeiro/PS após maioria absoluta. Antes da maioria, era um sinal para os Valonguenses que mostrava o caminho de mudança que o PS queria trilhar, agora o aumento é também um sinal, significando que apenas se pode fazer investimento à custa do aumento de impostos. -----

No seu discurso, o PS aponta como muito relevante, a introdução, que já vem de 2013, da redução do imposto de acordo com o número de dependentes a cargo. Mas, na nossa opinião, se tinha de mexer no IMI, seria bem mais justo se retirasse esta redução e mantivesse a mesma taxa. Mesmo os beneficiários desta medida com 1 ou 2 filhos ficariam a ganhar se a opção tivesse sido essa. Para além disso, saliente-se que esta suposta medida de incentivo à natalidade não tem em consideração as capacidades financeiras das famílias e a verdade é que a natalidade não se promove com reduções de 20€, 40€ e 70€ anuais do IMI. -----

Este é o caminho fácil e neste caminho sem pedras, nem obstáculos, o IMI vai aumentar em 0,054%, fixando-se em 0,409%. Ficando acima dos valores praticados pelos concelhos vizinhos de Matosinhos, Maia e Porto. Assim, a habitação que em 2013 pagava 360€, que em 2014 passou a pagar 355€, vai agora pagar 409€, sendo aumentada em 54€. -----

Pelas razões elencadas votaremos contra mais esta subida de um imposto no concelho de Valongo. --

[1] Ata da reunião de 13/11/2013 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

[2] Revista Municipal -----

[3] Orçamento, grandes opções do Plano 2018 -----

[4] Reunião da CM de 7/12/2017” -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto** disse, em Alfena não vêm a retoma e pujança que o Membro Agostinho Silvestre falou relativamente à proposta de aumento do IMI. -----

Os números do desemprego continuam alarmantes, as dificuldades são crescentes, vivem numa freguesia à parte, em contra ciclo do concelho ou então não conseguem perceber o porquê deste aumento, quando há 4 anos foi exatamente a proposta de redução. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que relativamente ao IMI, o PS e o Dr. José Manuel Ribeiro se preparam para dar uma prenda de Natal aos valonguenses, uma prenda que eles vão poder usufruir durante todo o ano, que realmente é incompreensível tendo em conta enunciar ser uma vontade de investimento, uma vontade de crescimento para o concelho, entre outras coisas. -----

A prenda que vai dar aos valonguenses, entre outras, significa grosso modo um aumento de 15% da taxa de IMI, passam de 0,355% para 0,409%, o que é incompreensível, um inaceitável ataque à classe média do concelho de Valongo que é o motor da economia local, não consegue perceber como é que do ponto de vista económico se sustenta isto, ataca-se o motor da economia com mais impostos, reduz-se-lhes o rendimento disponível e está-se à espera que cresça. -----

Uma classe média que regra geral para adquirir o seu apartamento ou casa tem de fazer sacrifícios, já paga impostos, não vai pagar só este, já pagou todos os outros, o IRS, o IRC, etc., e mais uma vez faz outro sacrifício e estica o seu orçamento para fazer o investimento que é o investimento da sua vida que é uma residência. -----

No mandato anterior, para ganhar as eleições o PS inundava o concelho com propaganda eleitoral onde dizia que ia baixar o IMI, fez um panfleto dizendo que iam reduzir o IMI para ajudar as famílias e as empresas, e de facto a primeira coisa que fez foi reduzir o IMI, uma redução simbólica mas um sinal.

Nestas eleições o mesmo PS, fiel aos seus princípios, não diz nada às populações sobre as intenções, não fez nenhum panfleto a dizer que ia aumentar o IMI, pois tinham que ganhar as eleições. -----

Na primeira oportunidade decide ajudar as famílias aumentando, de forma cobarde e não anunciada com pompa e circunstância como anunciou na altura a redução, não anunciou as contas que os valonguenses terão que pagar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No último ano em que o PPD/PSD esteve no poder, um imóvel de valor patrimonial de 100 mil euros pagando 0,36 o proprietário pagava 360 euros por ano, no mandato seguinte o PS em minoria, pelo mesmo imóvel pagava 0,355 ou seja 355 euros por ano, uma poupança de 5 euros, com esta proposta que, com o PS em maioria, o mesmo imóvel de 100 mil euros vai pagar 409 euros, portanto um aumento de 54 euros. -----

Aparentemente o PS que não deve ser o mesmo, o PS que tendo maioria na primeira oportunidade penaliza os valonguenses num claríssimo abuso de poder, desfraldando as legítimas expectativas dos valonguenses que viram no mandato anterior uma redução simbólica, mas viram uma redução e pensaram bem isto deve ser para continuar, vamos dar um voto de confiança a este PS, e deram, e agora está a confiança quebrada. -----

Aquilo que preveem é o engordar da máquina socialista que se instala com despudor na Câmara de Valongo com um gabinete cada vez mais extenso, mais vereadores, ganharam as eleições têm direito de o fazer, mais festas certamente e o povo que paga, na boa tradição socialista o povo paga. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que em relação ao IMI, para além de outras questões, acham que não faz sentido aumentar o IMI argumentando a necessidade de receitas quando não estão esgotadas todas as possibilidades de obtenção das mesmas, e que estão cobertas pela lei, como o inventário que é preciso fazer dos prédios devolutos, degradados ou em ruínas que pode ser cobrado no âmbito do IMI e que pode ir até ao triplo da taxa vigente. -----

Em tempos fizeram, através de um requerimento, o pedido de inventariação destes elementos e nunca obtiveram resposta. -----

Podem prever que vão taxar prédios devolutos, degradados, mas sem um inventário, sem encontrar um valor daquilo que possam cobrar, não se pode fazer um argumento desses, de facto há um valor e a taxa do IMI tem que ser cobrada, porque deve ser cobrada, tendo em conta as necessidades do concelho e a realidade do próprio concelho, mas tendo em conta estes valores que podem ser encontrados de uma outra forma e que está previsto na lei. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que tem alguma dificuldade em aceitar aquilo que o Membro Agostinho Silvestre disse, tem que aceitar a sua opinião, mas aqueles programas que falou o Mais Val, os telhados de fibrocimento, o Fundo de Emergência Municipal, o senhor Presidente da Câmara no último mandato ia reduzir em 50% as chefias, as promessas do senhor Presidente da Câmara, aquilo que fez e as alterações que fez, o Fundo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Emergência Municipal ia ser reforçado à custa das chefias, passaram-se para metade e agora são mais do que o que eram no mandato anterior. -----

Disse que antes de ser Vereador fui Adjunto, e foi a única pessoa que o Dr. João Paulo Baltazar, enquanto Presidente de Câmara, foi buscar fora, caiu o Carmo e a Trindade, o senhor Presidente da Câmara fez um circo, e no mandato seguinte contratou a Chefe de Gabinete, o Adjunto e agora até reforçou o pessoal. -----

A rampa de Snow Tubing, cada criança que escorrega são 5 euros e o senhor Presidente da Câmara podia aproveitar, assim como os vídeos do JN, dizia à mãe da criança 6 voltas corresponde àquilo que a senhora vai pagar a mais no IMI, 30 euros, que é o que se está a fazer. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, a forma de pensar do senhor Presidente mudou bastante desde 2013, pois que estas medidas trazem um peso, trazem dificuldades às famílias e empresas do concelho, quanto é que elas vão retirar do investimento da Câmara é questionável, as opções poderão não ser as melhores. -----

Esta proposta tem uma consequência negativa imediata, reduz nitidamente a fixação de famílias e de empresas no concelho. -----

Assim, apenas vê, e ao contrário do que o Membro Agostinho disse, uma forma da Câmara ir buscar mais dinheiro, para fazer coisas com o dinheiro das pessoas e que depois se vai promover como fez em Alfena e noutros lugares, a dizer a Câmara fez, a Câmara dá, a Câmara olha por vocês, as pessoas sabem muito bem o que devem fazer com o dinheiro. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o concelho de Valongo é dos concelhos que menos recursos tem per capita, basta ler o documento e perceber que no mesmo documento que é referido da CCDR que é com base nas receitas municipais, em 2016 em investimento alocada nos orçamentos às despesas de capital foi de 14%, Valongo ficou com 7,3%. -----

Existe um problema estrutural muito complicado que é a falta de recursos, fizeram um cálculo, uma estimativa no sentido de ver, de assumir um valor que seja comportável para as famílias e o que vão fazer é uma política de redistribuição. -----

No ano passado, e essa é uma das vantagens da governação do PS, agora discutem-se números, antigamente não podiam discutir números porque não estavam disponíveis, agora discutem-se os números a fundo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em 2016, se retirarem da cultura os custos com o pessoal, gastaram sensivelmente 250 mil euros num orçamento de 35 milhões, se compararem com o que gastam outras câmaras ficam a perceber a diferença da realidade dos números. -----

Fazem iniciativas para promover o concelho, e vão continuar a fazê-las, porque o concelho tem razões para fazer a promoção das suas tradições. -----

Sobretudo vão redistribuir e apoiar as famílias, no caso das férias escolares hoje uma família paga 45 euros, vão retirar 40% ao valor. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2018, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação:

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 13 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.20**, cujo teor se transcreve: -----

“Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2018, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

Neste ponto em discussão hoje nesta Assembleia Municipal, o PPD/PSD votou contra porque: -----

- Os valonguenses vão sofrer um brutal aumento de mais de 15% para a taxa do IMI. Passaremos de 0,355% no ano passado para 0,409%, no próximo ano. -----*
- Os valonguenses, principalmente a classe média, sofrem um inaceitável ataque por via deste aumento do IMI. -----*
- O impacto nos contribuintes valonguenses por via deste aumento é de cerca de 1 milhão de euros. 1 milhão de euros que podia ser investido ou devolvido à economia local potenciando o crescimento económico do concelho de Valongo. -----*

Por estes motivos e por todos os que já invoquei na minha intervenção o PPD/PSD votou contra neste ponto.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou á discussão o ponto 2.2 – Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que através da utilização da Lei 73/2013, que veio acrescentar mais um imposto ao rendimento das pessoas, são chamados a pronunciar posição acerca dessa questão. -----

Quem é chamado a pagar 5% do IRS são camadas da população do concelho com algum poder económico, segundo a justificação que é apresentada, mas que não deixam de ser submetidas a mais um imposto a juntar a tantos outros. -----

Entende a maioria absoluta do PS manter a aplicação desse imposto que transita do anterior Governo do PSD/CDS que no tempo da crise penalizou toda a sociedade portuguesa. -----

Faz assim valer a sua força para utilizar a participação variável do 5%, o valor máximo no rendimento das pessoas singulares, resta-lhes alertar a Assembleia Municipal, e os eleitores que proporcionaram a maioria absoluta, o facto de que continuamente vai o PS utilizar todos os mecanismos possíveis para colocar em prática uma política que visa unicamente resolver os problemas económicos e financeiros, sem qualquer outro mecanismo de desenvolvimento económico sustentável para a solução dos problemas do concelho de Valongo. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que o PS prepara-se para continuar na senda das ofertas natalícias aos valonguenses, durante o próximo ano em todos os dias de trabalho dos valonguenses eles lembrar-se-ão que do fruto do seu trabalho, do qual já pagam impostos ao Estado, não verão estes 5% de IRS, que se não fosse cobrado pelo Município lhes seria devolvido.-----

Por via da participação variável do IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2018, que com o aumento do IMI que acabaram de ver aprovado configura um ataque às carteiras dos valonguenses como não há memória. -----

Neste concelho onde o PS governa com maioria, trabalhar, poupar, fazer sacrifícios para obter uma melhor qualidade de vida é um luxo que é penalizado por uma política fiscal desumana e irrefletida. ---

Se por um lado a nível nacional, após anos de sacrifícios necessários, os portugueses recuperam o animo e rendimento disponível, por outro lado os valonguenses são penalizados pelo aumento de taxas que o PS e o Dr., José Manuel Ribeiro em completo contraciclo e com a situação nacional -----

Porque não estão de acordo com essa maneira de fazer política, porque os políticos devem gerir bem a coisa pública, porque não concordam que se aumente a carga fiscal dos valonguenses votarão contra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que o Executivo Camarário propõe que a taxa relativa à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Valongo seja fixado em 5%.-----

Esta taxa tem vindo a ser aplicada há já dois mandatos, o imposto sobre o rendimento de pessoas singulares IRS, tal como vem definido na Constituição da República Portuguesa visa a diminuição das desigualdades e será o único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar. -----

Estes princípios revelam de forma clara e inequívoca a lógica de justiça social que está associada a esse imposto, e que o Orçamento de Estado de 2018 será potenciada pelo aumento do número de escalões. -----

No orçamento do Município de Valongo para 2018, a participação variável do IRS, tal com as demais rubricas inscritas, é um contributo fundamental para um orçamento de receita que se pretende realista e sério, só com tal rigor se poderá dar resposta de forma cabal a algumas das muitas solicitações e necessidades do concelho que vêm refletidas no plano de atividades e consequentemente no orçamento da despesa. -----

Estão a falar em concreto da requalificação do parque escolar; do aumento dos recursos humanos afetos à educação; do incremento de iniciativas estimuladoras do sucesso escolar; de um conjunto de reabilitação habitacional; o reforço do Fundo de Emergência Municipal; da beneficiação de arruamentos e passeios e de obras emblemáticas para o concelho como as oficinas de promoção da Regueifa e do Biscoito e do Brinquedo Tradicional Português entre outros. -----

Estão determinados em solidificar o equilíbrio das contas alcançado no último mandato, fruto de um trabalho sério e rigoroso, há que dar resposta às inúmeras carências do concelho que se foram agudizando, porque a situação financeira não permitia acudir a todas as situações, é tempo de melhorar as condições dos habitantes do concelho de Valongo, querem um concelho atrativo para quem cá reside e para quem trabalha. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que queria ouvir o PS, que está a falar das outras medidas, pegando nos seus argumentos relativo à taxa de comparticipação do IRS, na questão da água que vem a seguir, na questão do IMI, onde é que se reflete essa questão de justiça, onde é que está a questão das Xanas To Toc, das comunicações ao JN, da publicidade paga. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 – Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2018, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 12 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 votos do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

Abstencões: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.21**, cujo teor se transcreve: -----

“Participação Variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2018. -----

Neste ponto em discussão hoje nesta Assembleia Municipal, o PPD/PSD votou contra porque: -----

- *Os valonguenses vão sofrer um brutal aumento de mais de 15% para a taxa de IMI. Passaremos de 0,355% no ano passado para 0,409%, no próximo ano.* -----
- *Os valonguenses, principalmente a classe média, sofrem um inaceitável ataque por via deste aumento de IMI.* -----
- *O impacto nos contribuintes valonguenses por via do aumento do IMI e é cerca de 1 milhão de euros. 1 Milhão de euros que podia ser investido ou devolvido à economia local potenciando o crescimento económico do Concelho de Valongo.* -----
- *O Município de Valongo devia, tinha obrigação de o fazer, não cobrar os 5% do IRS, que seria devolvido aos valonguenses, o que aumentaria o rendimento disponível dos mesmos.* -----

Por estes motivos e por todos os que já invoquei na minha intervenção o PPD/PSD votou contra neste ponto.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **2.3 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2018.** -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.22**, cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“A atual Lei das Finanças Locais, a derrama figura-se como uma forma de financiamento próprio dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

A sua fixação é facultativa, sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir um máximo de 1,5%. No entanto, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros e, mesmo isentar, em determinadas condições. -----

O concelho de Valongo, por proposta da CDU, tinha o seguinte cenário: -----

- *Empresas com volume de negócio < 150 mil euros – 1% -----*
- *Outras – 1,5% -----*

Tendo em conta a necessidade crescente de angariar novos investimentos para o nosso concelho, algo que o próprio Presidente da Câmara não nega, o município de Valongo deveria pelo menos ter mantido esta proposta, ou até mesmo ir mais longe e fazer, por exemplo, como em Matosinhos, que isentou as pequenas e médias empresas desta taxas, com o objetivo de incentivar a instalação de novas empresas e, desta forma, combater a “concorrência” de concelhos vizinhos, como Gondomar, Maia, Paredes e Santo Tirso que apresentam essas taxas reduzidas. -----

Assim, e por considerarmos até um retrocesso, o aqui apresentado, que levará a que uma grande empresa pague a mesma taxa que uma pequena empresa (note-se que não é lucro de 150 mil euros, mas sim a sua faturação), votaremos contra esta proposta.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que relativamente à questão da Derrama ser e estar nesta Assembleia é defender opções. -----

Tendo a noção de que nada na política é definitivo será também a melhor forma de olharem para a realidade, interpretar as necessidades da população e concretizar anseios. -----

O Executivo Camarário propõe a fixação da derrama para o ano 2018 numa percentagem de 1,5 sobre os lucros tributáveis das empresas, assumindo assim uma clara opção política que mesmo não sendo fácil é uma opção nevrálgica para o futuro do concelho de Valongo. -----

A opção do atual Executivo, e que o Grupo Municipal do PS subscreve, é que a receita da derrama, de resto como outras receitas, seja mobilizada para o investimento do futuro do concelho, isto é aquele que permitirá trazer mais e melhores condições, mais e melhores respostas às necessidades do Município, reforçar respostas nos diferentes sectores e contribuir para o desenvolvimento de Valongo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É inquestionável que aportar melhores condições para todos os sectores do nosso Município é atrair mais pessoas para o concelho de Valongo, é atrair mais investimento privado e de qualidade para o concelho. -----

A derrama como todos sabem incide sobre os lucros tributáveis sendo justo que na propulsão dos resultados de cada uma das empresas cada qual também traga ao Município um valor que redistribuído e aplicado permitirá responder a mais necessidades do concelho. -----

O concelho de Valongo não está em sentido inverso aos restantes concelhos do distrito nessa matéria específica, pelo contrário a percentagem do valor da derrama proposta entrega-se equilibradamente entre as restantes, não há nem se pode invocar com que tal se contribua com a malfadada exaustão fiscal de cariz municipal e que isso tenha repercussões no concelho de Valongo. -----

A taxa de derrama proposta para o ano de 2018 é integrada com outras medidas, absolutamente nuclear para o concelho de Valongo, com a redistribuição dos valores entretanto recolhidos o Executivo propõem-se cumprir um programa abrangente que percorre áreas tão distintas como recursos humanos, é importante referir a ação social, o parque escolar, a economia local, a rede viária, a cultura, o ambiente, entre outras. -----

O Grupo Municipal do PS tem presente que os objetivos do Executivo são ambiciosos, mas também tem presente que as respostas necessárias ao desenvolvimento do concelho impõe o contributo de todos e o rigor no orçamento. -----

O valor da derrama proposto para o ano 2018 situa-se em 3,44 do total das receitas, é um contributo para um todo que permitirá os investimentos necessários, os reforços em áreas sensíveis e o incremento que se impõe. -----

A proposta do Executivo sobre a derrama do ano 2018, inserindo-se no orçamento equilibrado e de encontro às necessidades do concelho é uma cabal demonstração que se pedindo a contribuição de todos irão sem risco para a consolidação orçamental conseguida nos últimos quatro anos. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa á presente ata como **Doc.23**, cujo teor se transcreve: -----

“Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano de 2018. -----

Como não há duas sem três, lá continuamos na senda das prendas, e daquilo que o Partido Socialista considera certamente uma política fiscal atrativa, seja para particulares que querem investir e viver no Concelho de Valongo, seja para os empresários que no Concelho de Valongo se instalam e procuram manter os seus negócios. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Aumenta o IMI, Cobra IRS e agora claro, a Derrama a 1.5% e não a 0.75% conforme proposto pelo PSD. -----

Continuamos a dar todos os sinais, a quem estiver a pensar vir instalar-se no Concelho de Valongo, para ajudar a tomar uma decisão de não o fazer. Não basta haver instabilidade fiscal, ainda tem que haver sinais de aumento de taxas e impostos para convencer os potenciais “clientes” a afastar-se do Concelho de Valongo. -----

Mais taxas houvesse, e mais aumentos haveria certamente nesta fúria de “Cobrador do Fraque” do Partido socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro, o cobrador Mor. -----

O PPD/PSD não pode pactuar com estes aumentos. Porque tivemos, temos e teremos os melhores interesses de todos os Valonguenses presentes na atuação, votaremos contra esta taxa de Derrama de 1.5% imposta pelo Partido Socialista e a sua desenfreada busca de meios nas carteiras dos Valonguenses. -----

Consideramos que o Partido Socialista e o Dr. José Manuel Ribeiro perceberam que a manutenção da taxa da Derrama a 1.5% Constitui uma forte penalização para a atividade económica do Concelho de Valongo. Não perceberam também que a taxa da Derrama pode e deve funcionar como factor competitivo diferenciador, em relação a outros Concelhos da Área Metropolitana do Porto. -----

Porque não estamos de acordo com esta maneira de fazer política, porque os políticos devem gerir bem a coisa pública, porque não concordamos que se aumente a carga fiscal dos Valonguenses, votaremos obviamente contra.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, apresentou uma **Proposta – Isenção de Derrama** que se anexa à presente ata como **Doc.24**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que na altura em que foi feita a diferenciação das pequenas empresas com as grandes empresas, o Senhor Presidente da Câmara disse que aquilo não fazia sentido nenhum, que era um almoço para a empresa, o que estavam a propor era a diminuição de um almoço para a empresa. -----

Assim, questiona como é que a retirada desse almoço vai fazer com que seja atraído mais e melhor investimento para o concelho. -----

Se era um valor tão irrisório não percebe como é que vai melhorar a vida dos valonguenses, também não percebe como é que atrai mais e melhor investimento e gostaria de ser esclarecida acerca disso.

Quando fizeram a diferenciação o que estavam a dizer era que uma empresa grande e uma pequena empresa em Valongo não vão pagar o mesmo, e com essa medida Valongo apoiava as pequenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

empresas que têm muitas dificuldades em sobreviver, agora em maioria o PS retira essa esperança e essa diferenciação positiva. -----

O que se está a fazer simbolicamente é dizer às pessoas que a vida delas não vai melhorar, a vida vai piorar porque se vai pôr mais impostos, mais sobrecarga, é esse o caminho que o PS quer fazer? -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que entrou na Mesa uma Proposta que altera aquilo que é proposto pela Câmara Municipal, mas pensa que não se pode alterar aquilo que é a proposta da Câmara. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que o sentido de voto do PSD já foi manifestado, a tentativa de que a derrama fosse inferior passou pela proposta em sede de Executivo que foi chumbada, que era a proposta de passar para 0,75. -----

Teriam todo o gosto em ponderar a proposta do BE, mas julga que tal não é possível, porque nos termos da Lei e do Regimento é da competência da Assembleia Municipal mas depende de proposta da Câmara Municipal, ou seja julga que não será admissível à Assembleia Municipal votar a proposta. ----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que a interpretação da Mesa é a mesma o que rejeita a proposta, questionando o membro António Monteiro se pretendia retirar a proposta ou a Mesa teria que a rejeitar. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que não têm representação na Câmara, mas também ninguém lhes tira o direito de em Assembleia Municipal, que é o Órgão Deliberativo, a Câmara não vai executar a taxa sem autorização da Assembleia Municipal. -----

Apresentaram a proposta para que seja aprovada em termos, no mínimo, de recomendação à Câmara Municipal para aceitar uma deliberação, que é uma deliberação no caso de ser aprovada, da Assembleia Municipal. -----

Disse a proposta foi feita nas várias assembleias municipais em que o BE tem representação, no mínimo que seja considerada em termos de recomendação, porque de facto há que ponderar o conteúdo da proposta. -----

Querem atrair mais investimento para o concelho, atrair empresas, criar emprego, e esse é uma forma de contribuir para isso, se rejeitarem uma proposta que pode trazer um pouco de tudo isso ao concelho, cada um terá a sua posição, se a Mesa não aceita como proposta peço que aceite como recomendação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que não podem fazer uma proposta de alteração, o que poderia acontecer era a proposta da Câmara ser recusada, a maioria votaria contra e voltava atrás e a Câmara teria que fazer uma outra proposta.

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, retirou a **Proposta** apresentada pelo Grupo Municipal do BE. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que nunca foi favorável áquilo que no anterior mandato o condicionaram e obrigaram a fazer, pois só paga derrama quem tem lucro. Estão a falar de uma cobrança a quem tem lucro, o que cria empresas é a redução das taxas que foi feita, é não andar 15 anos a rever instrumentos de planeamento como o PDM, é ter boas ruas, boas acessibilidades. -----

A derrama só paga quem tem lucro, quem não tem lucro não paga, e essas empresas com esses volumes de negócios, estão a falar de um valor de 60 euros para muitas empresas, que é uma jantarada, não é isso que determina se vai investir, se vai inovar. -----

Nos últimos quatro anos ao contrário do que é dito já foi atraído para o concelho quase 100 milhões de investimento, centenas de postos de trabalho e a taxa de emprego, infelizmente quando chegaram era de 11 mil desempregados, está hoje perto do 5 mil. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2018, sendo **aprovado por maioria** verificando-se a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 11 votos contra, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 votos do Grupo Municipal da CDU. -----

Abstencões: 2 abstenções. Sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa como **Doc.25**, cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável, a cobrar no ano 2018. -----

Neste ponto em discussão hoje nesta Assembleia Municipal, o PPD/PSD votou contra porque: -----

- Os valonguenses já vão sofrer um brutal aumento de mais de 15% para a taxa do IMI. Passaremos de 0.355% no ano passado para 0,409%, no próximo ano. -----*
- Os valonguenses, principalmente a classe média, sofrem assim um inaceitável ataque por via deste aumento de IMI. -----*
- O impacto nos contribuintes valonguenses por via do aumento do IMI é de cerca de 1 milhão de euros. 1 Milhão de euros que podia ser investido ou devolvido à economia local potenciando o crescimento económico do Concelho de Valongo. -----*
- O Município de Valongo devia, tinha obrigação de o fazer, não cobrar os 5% do IRS, que seria devolvido aos valonguenses, o que aumentaria o rendimento disponível dos mesmos. -----*
- A proposta do PPD/PSD sobre a derrama a cobrar no ano de 2018 era de 0,75%, ou seja metade da taxa que o Partido Socialista acabou de aprovar. -----*

Por estes motivos e por todos os que já invoquei na minha intervenção o PPD/PSD votou contra neste ponto.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.4 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que o BE sempre se bateu contra a forma que estava plasmada na lei, que com a sua omissão permitia às empresas cobrar aos consumidores a taxa que era aprovada nos municípios. -----

Sempre propuseram e apoiaram a taxa zero, que vigorou durante alguns anos no concelho, hoje a lei clarifica que são as empresas que pagam a taxa e não os consumidores trazendo justiça à questão. --

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que tendo em conta que esta taxa municipal é paga pelas empresas operadoras das infraestruturas, equipamentos e mais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, não podendo ser refletida nas faturas dos consumidores, é certo que esta taxa não onera nem castiga os valonguenses, como os pontos que anteriormente votaram, o ponto 2.1 aumento do IMI, o ponto 2.2 participação variável de IRS e o ponto 2.3 derrama a 1,5%, assim sendo votarão a favor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que são a favor da fixação das taxas de atravessamento, mas que impusessem alguma lei a quem os atravessa, nomeadamente as empresas do áudio visual, um utilizador que está numa determinada rede muda, a nova vem coloca mais um cabo, o cabo da anterior ao cessar o contrato ninguém o retira, e têm, diariamente, na freguesia de Alfena queixas nesse sentido. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.4 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2018, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos Favor: 27 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PS, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto e 1 voto do Presidente de Junta da freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado. -----

Abstensão: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.26** cujo teor se transcreve: -----

“Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2018. -----

Neste ponto em discussão hoje nesta Assembleia Municipal, o PPD/PSD votou favoravelmente porque:

- Esta taxa não onera os valonguenses mas sim as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, sendo que as mesmas não podem refletir na fatura dos consumidores a referida taxa.” -----*

Por este motivo e como já invoquei na minha intervenção o PPD/PSD votou favoravelmente este ponto.”

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.5 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2018 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.27** cujo teor se transcreve: -----

“A proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2018 apresenta um conjunto de medidas que seguem orientações que, no futuro, vão trazer mais prejuízo do que benefício. São aumentos de taxas, impostos diretos e indiretos e outros custos que estão camuflados, mas que foram pensados nesta nova forma de fazer política. Numa situação confortável é possível impor tudo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que se quer, sem ter em conta o que, no passado, defendia e sem mostrar compaixão pelos sacrifícios que foram exigidos. -----

Neste primeiro orçamento de maioria, apresentado por José Manuel Ribeiro/PS, existem mais aspetos negativos que não podem deixar de ser denunciados. Mesmo advogando que o município está melhor em termos financeiros, os muitos constrangimentos que levaram a justificar a adesão ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), colocam impedimentos na procura de soluções mais justas e acertadas para resolver os problemas correntes da sua população. Sabemos que a responsabilidade não é apenas do atual executivo, mas, também durante o mandato transato, não houve cuidado em inverter situações que podiam dar um sinal efetivo que o rumo a seguir seria outro. -----

Ao longo do mandato anterior, a CDU mostrou ser uma voz incómoda para o atual presidente que sempre nos acusou de estar a bloquear o que pretendia implementar. Criticamos o rumo de privatizações/concessões de serviços e equipamentos, defendendo que podiam ser renegociadas de outra forma, nos momentos certos, mesmo de forma faseada e prolongada, tendo o Município ganhos no futuro. -----

Com o Programa Operacional Regional do Norte 2020 (POR Norte 2020) foram disponibilizadas novas potencialidades para a realização de investimentos importantes que devem ser devidamente aproveitadas pela autarquia. De facto, devido a opções duvidosas tomadas ao longo dos anos, o Município ficou a perder ao nível da sua capacidade de investir de forma séria, perdendo oportunidades que fugiram para concelhos vizinhos. Aliás, a CDU defende que não se pode perder esta nova circunstância, mas o Município não se pode alear das suas próprias responsabilidades, ter autonomia própria e peso político para defender a sua população. -----

É certo que passamos a ter um orçamento com um valor global na ordem dos 49 milhões de euros, um aumento fruto das transferências de capital (perto dos 13,8 milhões) para a continuidade de projetos inseridos no PEDU e a Requalificação e Modernização de Escolas. Ora, esta situação positiva, não pode ser descurada do seu devido planeamento e respetiva concretização, devendo existir, por parte do Município, uma vontade plena por arrecadar mais investimento em áreas fulcrais, como na educação e habitação social, sem negligenciar o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho.

Esta proposta mantém o paradigma de privatizações/concessões dos principais serviços municipais, não contendo qualquer sinal de alterar este rumo desastroso. Desde o estacionamento na via pública, a recolha do lixo, as refeições escolares e as águas e saneamento vão continuar em mãos de privados, com agravamentos substanciais, com elevados custos para o erário público e para as populações. Aliás, no mandato transato, teria sido possível iniciar processos de inversão de parcelares de alguns destes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

serviços, mas, novamente, preferiu-se manter situações que, com o decorrer do tempo, se tornam cada vez mais difíceis de mudar. -----

Em relação à análise do mapa de pessoal, importa referir que apesar do aumento do número de assistentes operacionais de ação educativa, verifica-se, que não existe um aumento efetivo da capacidade de intervenção do Município na resolução dos problemas, porque há 20 postos de trabalho previstos para eventual consolidação das mobilidades intercarreiras que irá extinguir os postos de origem. -----

No que concerne ao plano de atividades e orçamento da Vallis Habita para 2018, ao nível da reabilitação, é de referir que não cumpriram o prometido, ou seja, não foram capazes de concretizar a reabilitação do seu próprio património, necessitando de transitar para o próximo exercício a conclusão das obras no E.H.S. do Calvário. -----

Em conclusão, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Valongo para 2018 resulta de uma intenção negativa de provocar mais problemas para o município e, dessa forma, não podemos viabilizar.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que o este orçamento em particular tem algo de característico, é mais um orçamento de uma maioria absoluta, como historicamente se tem podido constatar os munícipes vão ser vítimas dessa mesma maioria. ---- Apesar de há vários anos consecutivos a lista de espera para uma habitação social ser de mais de mil famílias, mais uma vez não está projetada nenhuma construção de habitação social, há mais de 20 anos que nessa área não há um investimento em termos construção. -----

Estão previstos cerca de 2,5 milhões de euros para reabilitação do edificado e espaços envolventes, por essa descrição fica a impressão de que nos orçamentos anteriores não foram disponibilizados para esta rubrica, o que não é verdade porque todos os anos há uma verba destinada para manutenção e arranjo da habitação social. -----

Têm que ser mais audaciosos e projetar mais habitação social dada as necessidades havendo várias formas de o fazer sem ser em grandes aglomerados habitacionais, mas por exemplo criar uma bolsa municipal de habitação. -----

No que aos transportes diz respeito prevê-se a compra de uma viatura de passageiros com um valor orçamentado em 60 mil euros o que parece manifestamente exagerado, enquanto que uma viatura de passageiros de 55 lugares, muito mais urgente, tem apenas 10 mil euros na rubrica destinada à aquisição para o ano 2018. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No que às escolas do concelho diz respeito mais uma vez a EB 2.3 de Valongo nada tem previsto apesar dos alertas da comunidade escolar, esta escola já ultrapassou o limite do aceitável há longos anos e mais uma vez não se prevê obras para o próximo ano. -----

A freguesia de Valongo manifesta um crescimento da sua população ano após ano e torna-se urgente o problema da lotação do cemitério, a opção da expropriação sendo uma hipótese válida no momento é no seu ponto de vista deficitária, pois não resolverá o problema a longo prazo, deveria o Município pensar na construção de um novo cemitério noutra local assegurando as necessidades futuras. -----

Por outro lado continua-se a insistir em rúbricas irrealistas que não passam de uma miragem para satisfazer uma qualquer promessa eleitoralista como é o caso da piscina de Campo/Sobrado, o valor atribuído não passa de uma mera previsão de compra de um terreno com um valor irrisório. -----

O valor atribuído ao Orçamento Participativo Jovem, sendo já um valor significativo deveria ser aberto a toda a população, deveria o Município ter um verdadeiro Orçamento Participativo. -----

Este orçamento não reflete as prioridades que o BE acha para o concelho e está muito longe de responder às necessidades dos munícipes. -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que a freguesia de Alfena tem nos últimos anos experimentado um crescimento exponencial, fruto do investimento privado, tal se deve à excelente localização da cidade no contexto do Grande Porto, sendo cada vez mais procurada pelos investidores. -----

Todos os investimentos que assistem dentro da cidade de Alfena, e por consequência no concelho de Valongo, traduzem-se em taxas, impostos e múltiplos outros investimentos paralelos que dinamizam qualquer localidade. -----

Contudo, não confundam os conceitos crescimento com desenvolvimento, por muito que Alfena cative investimento privado que lhe proporciona crescimento tal não é acompanhado pelo investimento público que lhe traria o desenvolvimento. -----

O investimento público complementa necessariamente o investimento privado, por modo a equilibrar e respeitar o bem-estar das populações. -----

Se mal estariam pelo baixo investimento efetuado pelo Município de Valongo na cidade de Alfena, pior estão quando se faz o contrário, ou seja se desinveste chegando a assistir a autênticas supressões de investimento outra hora pensados, planeados e orçamentados. -----

O investimento previsto para o ano 2018 na freguesia de Alfena é pior do que o previsto em 2017, que diga-se já era vergonhoso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estavam orçamentados em 2017, 145 mil euros para a recuperação do Moinho do Cabo, no Parque Vale do Leça, para 2018 prevê-se 5 mil euros, e a obra prometida para 2017 nem vê-la, apenas têm o Moinho em ruínas. -----

Estava prevista a construção de um parque infantil no aludido Parque do Vale do Leça e analisando o orçamento a Câmara não o pretende fazer em 2018. -----

A freguesia tem sede num edifício o mais exíguo para não dizer vergonhoso do concelho, a saca-rolhas e porque sem maioria não se faziam milagres, conseguiu-se introduzir uma verba de 100 mil euros para dar início ao processo de construção do edifício na nova Junta de Freguesia de Alfena, estranhamente também essa verba não aparece no orçamento de 2018. -----

Outro investimento previsto que nada mais é do que uma manobra de entretenimento e distração é o referente à rua de São Vicente que claro está destina-se a acabar as obras que começaram em 2017, portanto essa verba é para terminar essa obra que era por 150 dias. -----

Por tudo isto, e porque justiça orçamental urge na fatia do bolo para a freguesia de Alfena, a Assembleia de Freguesia de Alfena também votou uma Moção, por unanimidade, com os 5 Membro do PS que responsabilmente também acham que estão a ser prejudicados, Alfena é prejudicada. -----

Elencaram um conjunto de intervenções para que o orçamento camarário previsse essas intervenções, e que o Senhor Presidente amavelmente nos disse: como devem compreender não estou em condições vou analisar o documento e depois dir-vos-ei algo, esqueceu-se. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que estão a votar o primeiro orçamento deste mandato autárquico, um mandato para o qual os cidadãos renovaram de forma clara e inequívoca a sua confiança no PS, é por isso com enorme sentido de responsabilidade que olham para a maioria absoluta alcançada na votação para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal. -----

Percebem que os cidadãos de Valongo estão satisfeitos com a gestão rigorosa e cuidadosa dos últimos 4 anos, e quiseram dar condições de governabilidade ao novo executivo camarário, que lhe permita maior ambição nos projetos e concretização nos investimentos. -----

O Plano e Orçamento da Câmara para 2018 tem um valor global que representa um aumento de 18% face ao ano de 2017, o que traduz desde logo e à partida uma forte capacidade do Executivo em captar fundos comunitários. -----

Consideram que é um orçamento ambicioso, mas que tem subjacente uma estratégia de médio e longo prazo com vista à contínua promoção do concelho, ao reforço da sua identidade, à consolidação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

desmaterialização e modernização dos serviços da autarquia, ao mesmo tempo que incide nas necessidades da população e do território. -----

Na área da educação destaca-se a requalificação e modernização das escolas, que inclui a substituição integral de todas as coberturas em fibrocimento, naquelas que são da responsabilidade do Município, somando-se às verbas destinadas a estas as escolas que não são da responsabilidade direta da autarquia, ou seja as obras na Secundária de Ermesinde e na Secundária de Valongo. -----

Congratulam-se com a contratação de Assistentes Operacionais para as escolas, na medida em que a Câmara dá passos no sentido de combater a precaridade dos postos de trabalho, construindo assim uma estabilidade e um vínculo que além de laboral, para o trabalhador, é igualmente relacional e pedagógico para os professores, para os alunos e para os pais. -----

A implementação do projeto Mais Val, melhores aprendizagens, inovação e sucesso em Valongo. -----

A educação é particularmente relevante, definindo áreas, objetivos, públicos-alvo, duração, porque fazer opções é estar também a par daquilo que é a investigação produzida nas instituições de ensino superior e coloca-la no terreno ao serviço das crianças, dos profissionais de educação e das famílias, no fundo ao serviço de mais e melhor educação. -----

No âmbito cultural, porque a cultura também é importante, se calhar as festas também são cultura, e aqui falamos das candidaturas do programa Operacional Norte 2020, no âmbito do Plano estratégico de Desenvolvimento Urbano, que inclui as obras emblemáticas como as Oficinas de Promoção da Regueifa e do Biscoito, que aliás já se encontra em execução, e do Brinquedo Tradicional Português, em fase de candidatura. -----

Em relação à habitação social, enquadradas no PEDU, destacam o facto de continuarem a ser executadas avultadas obras de requalificação nos empreendimentos de habitação social. -----

Na área social sublinham o reforço do Fundo de Emergência Municipal, que aumenta em 50%, bem como das verbas destinadas ao programa de férias escolares e às bolsas de apoio aos estudantes do ensino superior, o que traduz uma diminuição dos custos imputados às famílias e a duplicação do apoio financeiro da autarquia respetivamente. -----

No que diz respeito à regeneração urbana, falam de vias e arruamento, e de infraestruturas de mobilidade sustentável acessível para todos, destaca-se o programa Stop Buracos, e as dotações atribuídas ao programa de incremento de infraestruturas de mobilidade suave, ao programa municipal de acessibilidade para todos, e à implementação do programa circulação pedonal no perímetro da área de reabilitação urbana, estão a falar de quase 3 milhões de euros. -----

Na análise detalhada do orçamento gostariam de mencionar algumas rúbricas, que tendo montantes mais pequenos tem significado e impacto significativo na comunidade, o caso do Orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Participativo Jovem com um acréscimo de 50% em relação ao ano anterior, um projeto que tem sabido evoluir ano após ano. -----

Novos parques infantis, estruturas imprescindíveis do ponto de vista do lazer e do desenvolvimento motor das crianças. -----

O forte reforço ao nível das aquisições bibliográficas para reforçar as bibliotecas municipais e as bibliotecas escolares, todos sabem que alimentar o gosto pela leitura é para muitos uma opção que fica para último na hierarquia das prioridades, ter uma autarquia atenta a esta realidade é fundamental e que permite eliminar barreiras apostando na gratuidade no acesso aos livros, privilegiando o acesso à informação e promovendo a formação integral dos indivíduos. -----

Houve uma preocupação clara da Câmara em ter mais capacidade de investir no concelho, através da renegociação da dívida e do reinvestimento das verbas que decorrem das alterações ao nível das taxas municipais anteriormente votadas nesta Assembleia, em medidas concretas que devolvem à comunidade com carácter redistributivo mais e melhor qualidade de vida. -----

É um documento rigoroso e responsável, com uma forte componente social, na medida que compatibiliza muito bem o investimento com a estabilidade das contas do município, acautelando uma tesouraria saudável, e garantindo a continuidade de uma prática altamente positiva neste concelho que se prende com o cumprimento de prazos médios de pagamento reduzidos. -----

Perceberam que a oposição em geral, o PSD em particular, está com alguma dificuldade em aceitar o orçamento de despesa da Câmara, mas parece que é uma dificuldade restrita, restrita à parte no que verdadeiramente tem impacto nas famílias, o PS fala demais disso, é repetitivo, o PSD nem sequer fala disso, portanto não querendo descer ao nível linguístico utilizado nesta Assembleia pelo PSD, mas aproveitando o adjetivo que usaram para falar do Senhor Presidente da Câmara nós lamentamos que se abstenham cobardemente de falar daquilo que realmente interessa às pessoas, porque diz respeito às suas vidas, isso não interessa à oposição. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD; Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.27A**, cujo teor se transcreve: -----

“Este orçamento reflete opções de gestão com as quais não nos identificamos e com as quais não podemos concordar. Numa era em que a gestão da coisa pública se deve pautar pelo aligeirar das máquinas e estruturas do Estado e das Autarquias assim como pelo aumentar de eficiência das mesmas, em Valongo assistimos precisamente ao contrário a coberto de uma maioria, legitimada pelo voto, mas perniciosa porque permite os desmandos do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro em desfavor do Concelho de Valongo e dos Valonguenses. Senão vejamos, na página 2 do “Orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

e *Grandes Opções do Plano – Ano 2018*” é dito e passo a citar que “as grandes opções estratégicas do Orçamento e grandes Opções do plano são” “Manter a competitividade Fiscal do Município”. Ora se assim fosse, não teríamos sido confrontados pelo aumento do IMI, Derrama e pela opção de receber os 5% de participação variável do IRS. -----

Diz-se uma coisa, mas pratica-se precisamente o contrário. Ser competitivo significa precisamente o contrário. Significa dar melhores condições que os municípios nossos vizinhos, para que possamos crescer sustentadamente. -----

Então somos mais competitivos aumentando o valor da água e saneamento? -----

Então somos mais competitivos aumentando o IMI? -----

Então somos mais competitivos com uma Derrama a 1,5% ou a 0,75% conforme proposta não aceite do PPD/PSD? -----

Então somos mais competitivos com a manutenção da participação variável no IRS a 5%? -----

O Partido Socialista e o Dr. José Manuel Ribeiro tem uma noção estranha de competitividade fiscal... Estas opções do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro, com as quais nós PPD/PSD não concordamos, são penalizantes dos valonguenses e incompreensíveis já que as contas do município estão controladas e numa fase de consolidação por força do PAEL, que foi ao longo dos últimos 4 anos, em conjunto com o PPD/PSD, o filtro e bloqueio aos desmandos do Partido Socialista. Agora em maioria, o Partido Socialista fará aquilo que sabe fazer, desconstruir e criar problemas para que outros mais tarde resolvam. -----

Não satisfeitos com o aumento generalizado de taxas e conseqüente penalização dos Valonguenses por essa via, o Partido Socialista patrocina uma renegociação do PAEL, medida em si positiva já que aproveita melhores condições que o mercado financeiro hoje pode oferecer, mas dando-lhe um contorno perigoso. Atira para a frente o empréstimo, 20 anos, perdendo assim a oportunidade de com esta renegociação efetivamente baixar os encargos do município. Objetivo? Ganhar tesouraria para continuar a sua política de festas e festinhas, aumentar o número de vereadores em regime de permanência, aumentar o número de elementos do seu gabinete, recorrendo uma vez mais a elementos externos à Câmara Municipal de Valongo. -----

Além do mais este orçamento está fortemente condicionado pelos fundos comunitários que permitem a quase totalidade dos investimentos que nele podemos ver elencados. -----

É perfeitamente claro, que se não fossem estes fundos comunitários, nada de relevante se passaria no nosso concelho por iniciativa ou estratégia do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro. -----

No limite, e em algumas circunstâncias, teve que ser mesmo o PPD/PSD no último mandato a pressionar o Presidente desta Câmara para que fundos importantes como os que estão agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

orçamentados para as obras de recuperação das escolas de Ermesinde e Valongo não se desperdiçassem. -----

Pese embora haja neste orçamento algumas apostas acertadas na ação social, nomeadamente no parque escolar e alguns arruamentos, assentes como já referi em forte investimento alheio a responsabilidade do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro, porque não concordamos com os pressupostos e princípios que regem este orçamento, um orçamento que penaliza fortemente os munícipes, um orçamento centrado em arrecadar receitas via fiscal e não na racionalização da despesa, votaremos contra.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à questão da rúbrica da viatura de passageiros, não é uma viatura, é uma rubrica que abriam para cumprir um compromisso que é mudar toda a frota automóvel para elétricos e/ou híbridos de carregamento elétrico. Depois a EB 2.3 não está nada porque essa obra não é da Câmara, embora a Câmara vai gastar 100 mil euros do seu próprio orçamento para fazer um projeto, para que conseguindo fundos comunitários não estejam à espera de um projeto. -----

O dinheiro que contratualizaram com o Governo, uma parte para a Escola Secundária de Ermesinde e uma pequena verba para a Escola Secundária de Valongo, lançaram um procedimento concursal e sobrou na altura uma verba, houve uma disponibilidade acrescida de cerca de 400 mil euros, tinham duas hipóteses que era deixar estar esse dinheiro, perdê-lo, ou então usá-lo na candidatura para fazer alguma obra, vão utiliza-lo para fazer uma intervenção ao nível das coberturas na Escola Secundária de Valongo. -----

Sobre a questão da Junta de Freguesia de Alfena por quem tenho muito respeito, nunca faltarei ao respeito institucional, agora a Câmara de Valongo que também é eleita e tem as suas prioridades, e das grandes obras que vão fazer nas escolas o grosso das intervenções nas coberturas escolares são na cidade de Alfena Cabeda, Lombelho, Codiceira, e vão fazer uma intervenção muito pesada no Xisto para dar força e corpo a um projeto que lá se passa, o projeto OTL Especial Arte que é o único na Área Metropolitana de ocupação de crianças com necessidades especiais, foram desafiados pelo Portugal Inovação Especial a dar corpo ao projeto, a usar a parte de cima. -----

Vão fazer um parque infantil, não está é lá escrito, mas vamos fazer parques infantis, agora numa prioridade que somos nós que a definimos. -----

Sobre a questão da competitividade, são competitivos se tiverem bons equipamentos, o que se vai passar no próximo ano, e nos outros a seguir, é uma mudança brutal na competitividade do território.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Vão criar a Polícia Municipal, é dos poucos concelhos que não tem uma Polícia Municipal; vão fazer o novo Centro Médico Veterinário que vai consumir centenas de milhares de euros; lançar um programa inovador de combate aos buracos, Stop Buracos. -----

A Câmara este ano admitiu 10 pessoas para as escolas, no próximo ano vai admitir mais 15, uma despesa que passa a ser corrente, passam a ser pessoas do quadro, e ainda ficam a faltar mais 30, são contra o trabalho precário e vai fazer um esforço para nos próximos anos deixar de haver CEI.

A questão dos livros, dão um apoio aos livros de fichas este ano a todos os quatro anos, o dinheiro que dão para apoio a todos os alunos do pré-escolar cerca de 7,5 euros; o reforço da compra de livros que não é só o programa generalizado de leitura, passaram de 3000 pessoas inscritas nas bibliotecas para quase 9000, vão aumentar consideravelmente o apoio às bibliotecas escolares para que os pais não tenham que gastar dinheiro na compra de livros. -----

A manutenção e o reforço do programa de gratuidade do Programa de Ação Sénior que vai aumentar iniciativas, vai ter novos espaços, sempre gratuito. -----

Vão dobrar o apoio às IPSS e vão dobrar o apoio em bolsas do ensino superior. -----

Para além disso há um conjunto de intervenções, também em Alfena, ao nível da mobilidade, a cidade de Alfena e todas as cidades do concelho e vilas vão receber investimentos ao nível da mobilidade, financiado por fundos comunitários, e um conjunto de investimentos na área social ligado aos empreendimentos, cerca de 2,5 milhões. -----

Relativamente à Junta de Alfena porque é que não está os 100 mil euros porque não há processo nenhum de terreno. -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que fizeram dois ofícios que não obtiveram resposta, e existe processo, no mandato 2009/2013, uma das últimas medidas do executivo presidido pelo Dr. João Paulo Baltazar foi um documento que eles têm, e que a Câmara terá, e falta concluir, o processo foi todo feito, esteve em Edital porque era do domínio público da Câmara, teve que passar para domínio privado, têm os documentos. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em 2014 a Junta de Freguesia de Alfena foi notificada, houve um anúncio mas nada se concretizou, e foi notificada a Junta dizendo se mantinham o interesse, o qual não obteve resposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que existe o terreno, existe todo o processo de consulta pública, que é obrigatório, falta uma assinatura que não se concluiu, e como estavam em época de eleições entenderam por bem as partes, e é falso que tenham sido notificados. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que tem muita estima pela Membro Catarina, concorda que o discurso deve ser elevado, não concorda que ele tenha deixado de ser elevado em qualquer das intervenções por parte da bancada do PPD/PSD, e a bancada do PPD/PSD não recebe lições de seriedade de ninguém nomeadamente do PS, nomeadamente por ser o partido responsável pela falta de respeito institucional face à Assembleia, e face às juntas de freguesia no último mandato, sem prejuízo de termos começado um ciclo novo com faltas de respostas reiteradas e fora de prazo em que face à Junta de Freguesia de Alfena sendo o caso mais gritante. --- Mas, a elevação e a seriedade deles prende-se, também, com a tal fiscalização da atividade da Câmara, porque por vezes o PS parece indiciar que eles estão muito incomodados com o resultado das eleições, porque isso tem vindo alume, pois não está nada incomodado com o resultado das eleições porque não estava à espera disso para ter um emprego ou o que quer que seja. ----- Parece que o PS ainda não percebeu que não é por estar com maioria absoluta que não tem de lhes responder, porque tem de continuar a responder, não pode achar que faz e desfaz como quer e não tem que prestar contas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou á votação o ponto 2.5 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2018 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2018, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 17 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 10 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

Abstencção: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.28** cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2018 – Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2018. -----

Neste ponto em discussão hoje nesta Assembleia Municipal, o PPD/PSD votou contra porque o mesmo reflete opções de gestão com as quais não podemos concordar, na medida em que o aumento das receitas resulta não de um aumento da eficiência dos serviços municipais, mas da penalização dos Valonguenses via aumento de impostos, taxas e de preços a cobrar, nomeadamente: -----

- O aumento do valor da água e saneamento; -----*
- O aumento do IMI; -----*
- A manutenção da Derrama; -----*
- A manutenção da participação variável no IRS. -----*

Por estes motivos e por todos os outros por mim referidos na minha intervenção, o PPD/PSD votou contra.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou á discussão o ponto 2.6 - Aprovação e divulgação do relatório de ponderação e seus resultados - Aprovação da versão final da proposta de alteração do regulamento do PDMV. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.29** cujo teor se transcreve. -----

“É certo e esperado por todos que, após a aprovação do PDM Valongo no início de 2015, este ficaria à mercê de uma primeira oportunidade para a sua alteração. Nunca se tem um documento perfeito ou a jeito. -----

É certo também, que o documento inicial, estará sempre disponível para pequenas ou grandes alterações, justas ou não, justificadas ou não, em conformidade com a lei e com alguns interesses mais imediatos e de conveniências. -----

Podem ser de circunstância, para corresponder a esses interesses mais imediatos ou, para acertos claramente justificáveis, por razão de mais corretas avaliações, partindo do princípio de necessárias e justificáveis retificações. -----

No entanto, o que nos é apresentado suscita-nos várias dúvidas. -----

A data, transportam-nos para o questionar da boa fé existente, para tal alteração agora proposta. -----

- É aprovada em reunião da Câmara Municipal, em 3 de Agosto de 2017, a deliberação da sua colocação em “discussão pública”, e, após essa data, é escolhida uma outra excelente data para essa “discussão pública”: 12 de Setembro de 2017 a 24 de Outubro de 2017. Um mês. E que mês! Um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

período excelente para o envolvimento dos Valonguenses, levando a que estes se disponibilizassem para discutir publicamente um trabalho, que provavelmente levou vários meses a preparar por uma equipa técnica avalizada. -----

*Não fosse acontecer, exatamente nesse período, o início da campanha eleitoral! -----
Claro que podem justificar com os restantes dias, pós-eleições, de 5 a 24 de outubro, mesmo que já com maioria absoluta, nada haveria a discutir. O resultado estava feito. Ainda sobrava tempo suficiente para andarem todos a preparar a instalação dos Órgãos Autárquicos. -----*

Outras considerações poderiam ser avançadas, não fosse o pressuposto das atenções viradas para o voto popular, e a possibilidade da maioria absoluta, previsível pelas sondagens internas. -----

*É neste quadro que nos aparece agora, esta 1.ª alteração do PDMV. -----
Entretanto, e ainda no preâmbulo que nos é apresentado, diz, no seu 3º ponto, que “em resultado da ponderação efetuada foram introduzidas correções à proposta de alteração...submetida a discussão pública, decorrentes das participações que acolheram parecer favorável...”. É caso para perguntar:*

*quantas propostas de correção e/ou de alteração aconteceram? 12? Sendo todas aprovadas? -----
Contenta-se a Maioria Absoluta com tal participação popular? Provavelmente, porque era essa a participação desejada. -----*

No Documento que expressa a 1ª Alteração, com dezenas larguíssimas de alterações e acrescentos, fica-nos sempre dúvidas, quanto ao respeito sobre tal articulado, por imensos alçapões difíceis de detetar a quem não tem uma presença na vereação camararia. -----

Como exemplo, salientamos aqui dois pormenores. -----

- *Alteração, indicada com o ponto 3, no artigo 36.º, onde diz: -----*

3- “Admitem-se edificações que excedam os parâmetros fixados no número anterior até um máximo de 50% apenas em situações excecionais de interesse público expressamente reconhecido pela Assembleia Municipal e desde que seja garantido o enquadramento urbanístico.

Quem o vai fazer? A Assembleia Municipal? A Maioria Absoluta que votará seguindo a orientação superior da Maioria Absoluta da Câmara Municipal? -----

- *Alteração, indicada com o ponto 2, no artigo 39.º, onde diz: -----*

2 - “Admitem-se edificações que excedam os parâmetros fixados no número anterior até um índice de utilização do solo máximo de 0.60, apenas em situações excecionais de interesse público expressamente reconhecido pela Assembleia Municipal e desde que seja garantido o adequado enquadramento urbanístico”

Quem o vai fazer? A Assembleia Municipal? A Maioria Absoluta que usará, com todo o direito, o seu voto para impor qualquer alteração? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*A nossa posição, será sempre no pressuposto do cumprimento da lei. -----
Hoje, ficamos com dúvidas acerca da boa fé de todo este processo. -----
Aquando da discussão do PDMV, tomamos posição, da qual realçamos; -----
“Conforme a experiência tem demonstrado, o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do PDM ao longo do período da sua vigência são fundamentais, em especial sempre que aparecem “propostas de alteração à planta de ordenamento”, não raras vezes associadas e justificadas com base em alegadas “oportunidades a não perder”, “compromissos camarários” ou no “interesse público”, tal como aconteceu aquando da assinatura do contrato de instalação da Plataforma Logística ainda há pouco tempo. -----
Nesta matéria, a anterior maioria PSD/CDS e a atual maioria PS têm sido excessivamente permissivas, não dando, por isso mesmo, todas as garantias em relação ao respeito pela nova versão de PDM no futuro. “ (da posição da CDU aquando aprovação do PDMV, a 29/12/2014.). -----
Pela mesma razão, a CDU votará Abstenção.” -----
-----*

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que sobre esta primeira alteração ao PDM entendem a importância as alterações ao regulamento, até porque entretanto teve que ser editado um novo artigo 8.º A sobre paisagem protegida regional – Parque das Serras do Porto, e outros aditamentos. -----

O período de consulta pública legalmente prevista decorreu entre 12 de setembro e 24 de outubro, tendo-se iniciado em plena campanha eleitoral, tendo-se verificado 12 participações de cidadãos. -----
Neste modelo de participação os partidos políticos representados nos órgãos autárquicos do Município não foram chamados, como se impunha de forma a ter um papel mais ativo de análise e proposta. -----
Não subestimam o papel relevante que o PDM pode ter para se alcançar um território com maior desenvolvimento e coesão social, e por isso mesmo não podem aceitar que a elaboração dessas alterações ao regulamento do PDM tenham passado ao lado do Órgão Deliberativo do Município de Valongo. -----

Não aceitam ficar de fora das alterações ao PDM para eles a participação pública e dos partidos políticos na alteração da gestão territorial é uma marca da democracia local que defendem. -----
Pelo exposto e porque não foi possibilitado à Assembleia Municipal uma intervenção atempada nessas alterações não votarão a favor das alterações propostas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.6 - Aprovação e divulgação do relatório de ponderação e seus resultados - Aprovação da versão final da proposta de alteração do regulamento do PDMV, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: **Votos Favor: 17** votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Abstencões: 10 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma **Declaração de Voto** que se anexa à presente ata como **Doc.30**, cujo teor se transcreve: -----

“APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO E SEUS RESULTADOS - APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PDMV
Abstemo-nos na votação do ponto em epígrafe, pois no art. 46.º n.º 1 a) entendemos que a solução que permite “ ... a ampliação para 2 pisos de edifícios localizados em frente urbana consolidada de 1 piso, desde que se destinem a garantir as condições de habitabilidade exigidas no quadro legal em vigor” - só deveria ser admissível se não fosse possível acomodar as necessidades do agregado familiar com a ampliação do edificado para as traseiras do mesmo. -----
Por estes motivos, o PPD/PSD votou Abstencão.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, em defesa da sua honra e da Câmara Municipal que representa disse o seguinte: -----

“Eu não tenho o direito de cercear o que é dito, mas não posso aceitar, deveria ter pedido a palavra mais cedo, mas vou agora reagir, sob a forma de defesa da honra. -----
Não aceito que se deixe no ar que houve aqui qualquer intenção da parte do Presidente ou do Executivo, porque isto transitou do outro mandato, de esconder, de criar algum tipo de favor, não. -----
Isto é uma alteração do regulamento não mexeu em nada nas plantas, e deve-se a uma razão objetiva que foi dita, escrita várias vezes, a necessidade de ajustar o regulamento, que é o instrumento que permite gerir o PDM, a vários problemas, não vou elenca-los todos, mas designadamente a impossibilidade que os serviços municipais com a atual ferramenta de resolver problemas às pessoas, designadamente legalizar situações que são de necessidade absoluta que sejam legalizadas, marquises, e uma série de coisas, de respeitar compromissos que o Município tinha anteriores há minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

presidência, que não tinham sido vertidos no documento do PDM, e que se não fosse resolvido incorria, poderia incorrer a Câmara numa situação de indemnização. -----

Portanto, eu tinha que dizer isto para que não fique no ar que há qualquer tipo aqui, porque é muito fácil lançar esse tipo de suspeições, e eu não me sentiria bem, nem eu nem as pessoas que trabalham no sector, muito menos os técnicos. -----

Eu sei que nós dizemos as coisas, mas elas são ditas e se não houver um contra ponto, uma reacção ficam no ar, que fique claro que isto foi feito porque é necessário fazer esta alteração a bem da capacidade da Câmara Municipal resolver problemas das pessoas. -----

O atual regulamento, por exemplo por um centímetro ou dois centímetros manda deitar abaixo uma garagem, quando uma garagem pode ser legalizada por uma questão de um centímetro ou dois centímetros, o facto do regulamento ter estes problemas, que existem em todas as câmaras municipais, obrigou-nos a uma alteração e é isso que estamos aqui a fazer. -----

Portanto o timing foi o timing que foi possível, não podíamos continuar a adiar, e foi feito respeitando todos os procedimentos legais.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que não é a primeira vez que relativamente a este tipo de procedimentos têm tomado posição relativamente ao tempo e à forma como a Câmara, a Assembleia Municipal, as juntas de freguesia, as assembleias de freguesia promovem este tipo de debates. -----

O tempo poderia ter sido outro, poderia ter-se permitido e criado condições para haver uma participação pública maior e necessária, porque se está perante um documento muito sério, bem apresentado, bem elaborado. -----

Mas aparecem sempre algumas coisas que permitem colocar a coisa assim, uma discussão pública não é num período de uma campanha eleitoral, isso descredibiliza quer queiram que não. -----

Não está, nem quer, pôr em causa a seriedade dos técnicos de forma alguma, não quer pôr em causa a seriedade dos vereadores, do Presidente da Câmara, pois vão acompanhando e discutindo o que é que se faz com o documento, agora o tempo acham que foi mau para se ter um envolvimento e uma discussão de outra maneira, as dúvidas ficam sempre. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.7 - Aprovação da Fase III – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Valongo – Relatório Final; --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que ainda há um mês votaram um regulamento de trânsito, e na sua intervenção chamava à atenção para que nem uma palavra sobre as mobilidades havia referência nesse regulamento de trânsito. -----

Passado um mês apresentam um calhamaço de 400 páginas, muito bem elaborado, muito bem feito e que é um plano estratégico a longo prazo, que a vir a ser realizado será de facto uma mais-valia para o concelho e para as suas gentes. -----

Um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável reveste-se de grande importância para o bem-estar e qualidade de vida das populações, mas os planos não são documentos para ficar numa prateleira ou em arquivo, só alcançam as finalidades quando alcançam a sua execução. -----

O plano em discussão tem mais de 400 páginas e prevê a sua completa implementação até 2027, também pelos valores previstos a sua competição parece que anda na ordem dos 36 milhões de euros. Impunha-se, na perspetiva do BE, uma participação e envolvimento da Assembleia Municipal, que não aconteceu, não existiu sequer uma reflexão e discussão com a equipa técnica responsável, não aceitam uma caricatura da democracia, querem conhecer com profundidade a realidade do concelho em termos de mobilidade, querem confrontar ideias e propostas, mas hoje na Assembleia Municipal não é possível perante o documento. -----

Assim, sugeriam que o plano fosse votado na próxima Assembleia, após um período de uma mais completa análise do seu conteúdo. -----

Sem um período de reflexão e debate com a equipa técnica que permita uma explicação fundamentada e esclarecida serão obrigados a não votar favoravelmente o plano de mobilidade urbana sustentável. -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que o documento menciona aprovação da fase três plano de mobilidade urbana sustentável de Valongo relatório final, perguntando se ia ter mais fases. -----

Perguntou qual foi o custo do relatório final. -----

Disse de seguida que não viu rigorosamente nada para Alfena, seria um plano de mobilidade urbana sustentável, uma das coisas que gostava de ver no estudo era estar prevista uma circular ou uma variante à cidade de Alfena. -----

Já esteve prevista uma ligação da avenida dos Lagueirões ao Hospital Privado de Alfena, que também não vê neste estudo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a fase três é de suporte à execução, aliás algumas das iniciativas vão já arrancar no próximo ano. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Informou que o plano teve um custo de 79 mil euros e é 100% financiado pelos fundos comunitários, ou seja vai custar zero à Câmara Municipal. -----

O Senhor **Vereador, Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que a elaboração do plano foi participada, já vem do anterior mandato, mas a empresa que foi contratada esteve reunida nas várias juntas de freguesia, fez um workshop onde convidou várias entidades, fez uma apresentação pública na Câmara onde foram convidados os Membros da Assembleia, não foi muito participada por opção das pessoas, mas foram todas elas convidadas. -----

Trata-se de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que está concretizado e existe um eixo que é o da mobilidade em que se responsabilizam para que todos os projetos que façam dentro do PEDU obedeçam a uma lógica racional, ou seja termos um plano que permita identificar quais são as prioridades e urgências e fazerem projetos para essas prioridades e urgências, tendo em conta todas as freguesias, principalmente os centros urbanos das freguesias.-----

A Junta de Freguesia de Alfena esteve também envolvida, foi ouvida e está plasmado na fase três, houve duas fases anteriores, esta é a fase final, está plasmado aquilo que foi pedido pela Junta de freguesia de Alfena, tanto está como também está previsto obra em Alfena no âmbito do eixo da mobilidade desse PEDU já no próximo ano e no ano seguinte. -----

Efetivamente tem um valor muito elevado, cerca de 36 milhões, não é possível fazê-lo, tem um espaço temporal de 10 anos, mas se retirarem a via estruturante que está em Valongo, que já estava prevista e era anterior à revisão do PDM, fica em 15 a 18 milhões e isso está previsto no PEDU. -----

Portanto investir em termos de descontinuidade de passeios, em termos de eliminação de passeios, dar melhor qualidade de vida a quem habita no concelho, permitir que sejam aqueles que moram, sejam aqueles que nos visitam tenham condições para o fazer em segurança, que neste momento não existe. Trata-se de um plano que pode ser atualizado, e será certamente, está previsto um gabinete ou núcleo de mobilidade para acompanhar o planeamento, está prevista a sua atualização daqui a 5 anos, todas as sugestões que possam existir para melhorar serão bem recebidas desde que sejam possíveis de realizar. -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que levar uns documentos e dizer é isto, que aliás não é primeira vez, a reunião começou e passado 10 minutos estava acabada, por cortesia, porque estavam técnicos e por esse respeito, discutiram alguma coisa, zero. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que o senhor Vereador afirma que houve participação muito alargada, as juntas de freguesia, mais uma reunião convocada pela Câmara onde toda a gente foi convocada, mas quem tem que aprovar isto é a Assembleia Municipal que não discutiu, que não reuniu com ninguém, que não houve acompanhamento. -----

A Assembleia Municipal é que é o Órgão Deliberativo, as consultas podem se fazer todas, não são contra, aliás disseram que é um plano que a ser concretizado Valongo será de facto um grande concelho, agora o que não querem é que seja mais um projeto para ficar na prateleira, e acima de tudo que se ponha de parte o Órgão Deliberativo. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse concordar com o apelo feito pelo BE, de adiar a votação deste assunto para a próxima Assembleia Municipal, dando a possibilidade de que fosse votado em consciência, e provavelmente até por unanimidade. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o processo já vem do mandato anterior, tratando-se de um documento fundamental para aplicar fundos comunitários. -----

Houve um processo de planeamento, esteve em sessões onde estiveram também atores da freguesia, agora estão na fase três, tem que haver um respeito pelo planeamento e isto é importante para a Câmara, porque permite executar no terreno, é só isto que está em causa. -----

Este documento é importante para a Câmara executar até porque já estão a executar fundos comunitários da mobilidade, e é o apoio à implementação. -----

Trata-se de um documento tendo em conta o futuro, tem que haver diminuição dos carros, estão confrontados por um documento que foi trabalhado durante meses, houve reuniões, foi trabalhado com os presidentes de junta. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que foi dito que o documento foi amplamente participado, mas vê o representante de Alfena dizer que não foi. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, perguntou quais são os investimentos que não serão realizados se for adiada a votação para a próxima Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que se trata de um documento técnico, estão a falar de intervenções em passeios, continuidade de passeios, mobilidade sustentável, estão a falar de coisinhas, trabalhado por técnicos ouvindo juntas, bombeiros, todos os intervenientes.

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse o Senhor Presidente da Câmara acaba de dar razão àquilo que ele disse, o Senhor Presidente da Câmara ainda não percebeu que não manda em tudo. -----

De seguida disse que se o documento tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal, então em primeiro lugar não é um documento estritamente técnico, porque se não, não tinha que ser ali aprovado. Em segundo lugar se têm que o votar, têm que o avaliar, que o ler, que o questionar, que defenda o seu conteúdo aceita, que desvalorize o papel que cada um dos Membros não aceita, porque mais uma vez isso é um desrespeito institucional. -----

Nós temos que trabalhar, nós temos que ler os documentos e temos que ter capacidade crítica para chegar aqui e fazermos bem o nosso trabalho.

Isto não é um desrespeito por quem trabalha, isto é um respeito por nós, pelo nosso trabalho e por quem nos elegeu, seria ,muito mais fácil não termos lido, não nos importarmos com o facto de não termos lido e levantarmos a mão, Senhor Presidente nós merecemos mais respeito, por isso abstenha de dizer que aquilo que nós temos que votar são coisinhas, quero que conste em ata aquilo que o Senhor Presidente disse, são coisinhas, e isso nós não podemos admitir.

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Bilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.7 - Aprovação da Fase III – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Valongo – Relatório Final, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 17 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Abstencões: 10 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.8 - Proposta de abertura de concurso público para fornecimento de mobiliário urbano com atribuição do direito de exploração da publicidade, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, questionou se ia haver mais papeleiras, bancos de jardins ou então mais Mupis publicitários, e se vai haver fiscalização na colocação dos postes publicitários e de indicação que dificultam a passagem de peões e inibem a circulação segura de pessoas com mobilidade reduzida. -----

O Senhor **Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto**, disse que tem uma dúvida, pois a publicidade está no ponto dois dos Acordos de Execução da delegação de competências da Câmara para as juntas de freguesia, se não ao abrir o concurso público não estarão a incorrer numa coisa que já fizemos no passado que foi na recolha de resíduos e varredura e depois tiveram que estar a indemnizar a empresa porque a varredura passou para a competência das juntas de freguesia. -----

O Senhor **Vereador, Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que não estão previstos bancos, estão previstas papeleiras, estão previstos aquilo que eles intitulam como Mupi que são aqueles equipamentos estilizados de publicidade nos passeios e nas paragens de autocarro. -----

O concurso está a ser lançado seguindo os parâmetros do concurso que terminou em maio e a única coisa que acrescentaram, para melhorar não só a vida dos munícipes mas também acautelando a questão do plano municipal de acessibilidade para todos, foi que no caderno de encargos acrescentaram mais 77 novas paragens, abrigos simples de paragens de autocarro mais 33 postes de sinalização direcional, aqueles que são responsabilidade da Câmara, mais 100 caixas de sinalização para o mesmo efeito e vamos acrescentar mais 111 papeleiras. -----

Estão, também, a prever a possibilidade de mudar a orientação dos Mupis publicitários para acautelar situações que estão previstas neste PMUS aprovado, porque dentro do PMUS está o plano municipal de acessibilidade para todos e já se prevê a retirada de barreiras que obrigam muitas vezes pessoas em cadeira de rodas a ir para a estrada. -----

Sobre a questão das competências, é uma questão mais jurídica, mas disseram que não é possível que não se enquadra nesse número dois, poderá estar a outra publicidade que se vê na rua mas não este tipo concessão. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.8 - Proposta de abertura de concurso público para fornecimento de mobiliário urbano com atribuição do direito de exploração da publicidade, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Votos Favor: 17 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 6 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstenção: 4 Abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.9 – Terceiro aditamento ao contrato de concessão de exploração de gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha e tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Valongo. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a leitura de um Documento anexo à presente ata como Doc.31, cujo teor se transcreve: -----

“No anterior mandato, a 10 de maio de 2017, com o PS em minoria, foi negociado o 2º Aditamento ao Contrato de Concessão dos Serviços de Água e Saneamento. Após ter sido chumbada a primeira proposta do PS que levaria a aumentos escandalosos deste bem essencial, foi necessário recorrer a uma comissão paritária, que apesar de tudo, conseguiu uma proposta melhor do que aquelas que foi apresentada pelo PS. Mas mesmo assim, aos aumentos do preço deste bem essencial, os valonguenses não escapavam. -----

Entalado com este negocio iniciado na era PSD, o PSD deu o seu avale e os aumentos foram atirados para lá das eleições. Assim, Valongo só iria sentir os bolsos mais vazios após ter votado. -----

Sobre este aditamento, podem ser lidas as posições anteriores da CDU, bem como da Entidade Reguladora, que tece fortes criticas e várias recomendações, que não foram seguidas pela CM. -----

Sobre o terceiro aditamento: -----

Neste aditamento, a Câmara reintroduz a obrigação do pagamento, por parte da concessionária, de uma retribuição como contrapartida pela utilização das infraestruturas objeto de concessão calculada sobre a água vendida, em suma, inclui uma renda a pagar pela concessionária. Renda essa que fazia parte do contrato inicial mas que foi retirada pela governação do PSD em benefício da empresa e que permitiu que a CM deixasse de receber cerca de 7 milhões de euros. -----

A introdução desta renda é, portanto, justa, mas como foi introduzida pelo PS? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A negociação de um contrato requer esforço e dedicação, é fácil renegociar algo quando uma das partes pouca força faz para a melhoria da sua situação. -----

A Câmara propõe à empresa um novo aditamento, em que a empresa nada fica prejudicada. A empresa aceita, nada tem a perder. Por esse motivo, o novo aditamento demora uma fração de tempo daquela que foi necessária para chegar ao 2º aditamento. -----

A introdução da renda é feita à custa de aumentos ainda mais gravosos do que aqueles que vigoram no 2º aditamento, com o aumento tanto para os utilizadores doméstico (4 cêntimos por m³ – 6%) como para os não-domésticos (55 cêntimos por m³ – 41%), entre o período de 2018 a 2036. -----

A água em Valongo deixa de ter em termos de acessibilidade económica uma avaliação de Boa e passa a ter uma avaliação de Mediana, querendo isto dizer que este bem essencial e fundamental para a vida das pessoas, passa a ter um encargo não suportado por todos os Valonguenses, dado o rendimento médio disponível por família. -----

A isto soma-se o facto da CM não prever qualquer investimento de sua parte no sistema de águas, logo a introdução desta retribuição é feita com que argumentação? Servirá para que fim? -----

A Entidade Reguladora sobre o terceiro aditamento emite um parecer negativo. -----

A CM consegue ainda fazer mais, para justificar o injustificável, faz uma análise fantasiosa dos aumentos, não usando o período total da concessão, mas sim, comparando os aumentos introduzidos pelo 2º aditamento com os do 3º aditamento para o ano de 2018, ano em que os aumentos são menos significativos. -----

A CM ainda refere que o pressuposto da ERSAR de manutenção do nível de vida das pessoas é irrealista, já que, fazendo futurologia, a CM acha que não há qualquer hipótese de degradação da qualidade de vida da população e que a melhoria será não de 1% como espera a ERSAR, mas sim entre 3% a 4%. Assim, para a CM o acesso à água vai continuar com o parâmetro de Bom e não de Mediano. -----

Talvez a CM tenha uma bola de cristal. Será que também consegue prever que não haja qualquer impacto na diminuição do consumo de água por parte da população, devido à situação de seca extrema do país? É que se os Valonguenses acederem a este desafio nacional, o que irá acontecer é uma nova renegociação, com aumentos ainda mais gravosos, porque aquilo que está contratualizado é que a empresa não pode diminuir os seus já elevados lucros. -----

A CM de Valongo vai ainda mais longe, e diz, que Valongo até está muito bem, porque mesmo com estes aumentos só Matosinhos, Porto e Maia é que têm água mais barata. A comparação é assim com os que estão piores, o objetivo desta maioria PS é ficar como esses. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Se em três meses, conseguiram, com maioria absoluta, fazer isto tudo pelo bem do concelho, a CDU só espera que abrandem o seu ritmo de trabalho, caso contrário não haverá aumentos dos rendimentos que consiga suportar este saque aos bolsos dos Valongueses.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, fez uma **Intervenção – Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.32**. -----

“A Câmara Municipal de Valongo concessionou, no ano de 2000, a Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Valongo o que permitiu que em poucos anos o nosso concelho passasse a ter taxas de cobertura de abastecimento de água e de saneamento ao nível dos melhores índices europeus e beneficiasse de um serviço reconhecidamente de qualidade e de um tarifário que era, como sabemos, dos mais baixos da área metropolitana do Porto. O Contrato em si possuía uma TIR – Taxa Interna de Retorno para a Águas de Valongo no valor de 6,7% que, se não era a mais baixa, era com certeza uma das mais baixas do país. -----

Nos termos do contrato e de acordo com o regime legal em vigor, é sempre possível e por vezes necessário, ao longo da duração contratual, proceder a reequilíbrios económico-financeiros com múltiplas e diferentes consequências, quer ao nível dos preços, quer no que respeita aos investimentos a realizar. -----

Em 2004 aconteceu o 1.º aditamento ao contrato. Os volumes de faturação de água e de saneamento não cumpriam o acordado no contrato inicial e a câmara viu-se na necessidade de abdicar do pagamento, por parte da concessionária, da retribuição a que tinha direito por m3 de água vendido. Essa retribuição, de acordo com a legislação em vigor, revertia obrigatoriamente para um plano de investimento na expansão e renovação dos sistemas, a cargo do município concedente. Ora, sem essa receita, a câmara, à data, aproveitou o aditamento e incluiu no mesmo um conjunto de novos investimentos no âmbito dos sistemas de águas pluviais, no valor de 5 milhões de euros, que passariam a ser realizados pela empresa. Neste 1.º aditamento a única preocupação da câmara foi a de não criar qualquer tipo de impacto significativo nos tarifários e consequentemente nos bolsos dos Valongueses. Aliás, convém destacar, que pese embora o PSD na altura tivesse maioria absoluta na câmara a medida foi aprovada com a abstenção dos vereadores do partido socialista, onde se incluía o atual Presidente da Câmara, José Manuel Ribeiro, autor, incoerente, da atual proposta. -----

Este ano, em março de 2017, a Câmara Municipal de Valongo aprova o 2.º aditamento ao contrato. A Águas de Valongo reclamava novo reequilíbrio financeiro por não se estarem a cumprir os caudais definidos no aditamento anterior. Tal facto era consequência de um crescimento modesto da população



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

– muito menor que na década anterior e, sobretudo, devido aos novos hábitos de consumo dos munícipes que, efetivamente, têm mais presente hábitos de poupança e de preocupação ambiental, refletidos naturalmente no seu consumo de água. -----

Desta vez, e pela mão do PS/Valongo, o mesmo PS/Valongo que prometia antes de 2013 rever a concessão, eram introduzidas alterações ao contrato que pressupunham um novo aumento de tarifas. Mas o 2.º aditamento, que contou com a abstenção do PSD, não foi fácil de negociar. É que antes da sua aprovação, o Sr. Presidente quis e propôs a reintrodução da contribuição existente no contrato inicial. Propunha a este propósito uma contribuição de 0,05€/m³ de água vendida. Ora esta proposta, do Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez incoerente com o seu discurso no passado, teve o desacordo do PSD pois a mesma onerava os munícipes em cerca de 5 milhões de euros, considerando os anos em falta do contrato. Aliás, a pretensão do PS/Valongo foi linearmente rejeitada pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. O parecer negativo da ERSAR veio mais tarde a ser ratificado pela comissão paritária, constituída para resolver o acordo de aditamento, lendo-se na sua decisão, e passo a citar, que “não deverá ser reintroduzida sob pena de incrementar e penalizar mais o esforço exigido aos consumidores”. Lembro que o representante do município nesta comissão foi escolhido, não tendo da nossa parte qualquer objeção, pelo Partido Socialista. -----

Perante estas evidências claras de que a reintrodução da contribuição prejudicaria sobretudo os munícipes, o PS/Valongo e o Presidente José Manuel Ribeiro deixaram cair essa pretensão e o aditamento foi então aprovado, fixando em acordo com Águas de Valongo, a TIR do projeto no intervalo 6,5%-7% que, segundo a comissão paritária e com base numa auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, é uma das mais baixas dos contratos desta natureza atualmente ativos no país. -----

Mais uma vez realçamos que a não reintrodução da contribuição, impedida pelo PSD, aliviou o esforço dos Valonguenses em cerca de 5 milhões de euros. -----

Ora, passados alguns meses sobre aprovação do 2.º aditamento, que aconteceu em março de 2017, o PS/Valongo e o Presidente José Manuel Ribeiro propõe um terceiro aditamento ao contrato. Desta feita não se trata de um pedido de reequilíbrio financeiro solicitado pela empresa, mas antes de uma mera vontade, da atual maioria, de sacar uns milhões largos aos Valonguenses. -----

Agora, munido de uma maioria absoluta, José Manuel Ribeiro já nem sequer propõe uma reintrodução de uma contribuição de 0,05€/m³, que começou por propôr há pouco mais de um ano e que foi chumbada pelo PSD. Agora, José Manuel Ribeiro propõe uma contribuição de 0,1764€/m³. -----

Esta proposta é um roubo aos Valonguenses. Sim Não há outra palavra para definir a sede de liquidez do atual poder executivo maioritário. Trata-se de uma proposta muito prejudicial para os munícipes, paras as empresas, para as instituições e até para as autarquias. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O novo parecer da ERSAR é taxativo: como é possível fazer uma proposta de um 3.º aditamento sem que o 2.º tenha sequer entrado em vigor? A ERSAR atribui um redondo NÃO a esta proposta e esclarece, e passo a citar: -----

- a retribuição da concessão implica um custo total estimado adicional para a concessionária de 16.121.439,95€, que naturalmente serão pagos pelos consumidores; -----
- a reintrodução da retribuição terá um impacto nas tarifas variáveis médias de abastecimento de água desfavorável para os utilizadores do sistema, com aumentos de 7 cêntimos por m3 para utilizadores domésticos e de 85 cêntimos por m3 para utilizadores não domésticos. -----
- que o impacto destes aumentos é facilmente compreendido quando apresentado de forma visual na trajetória tarifária prevista. -----

Figura 1 – Evolução das trajetórias tarifárias variáveis de abastecimento de água a utilizadores domésticos previstas nos Casos Base do 2º e 3º Aditamento (preços constantes de 2000)

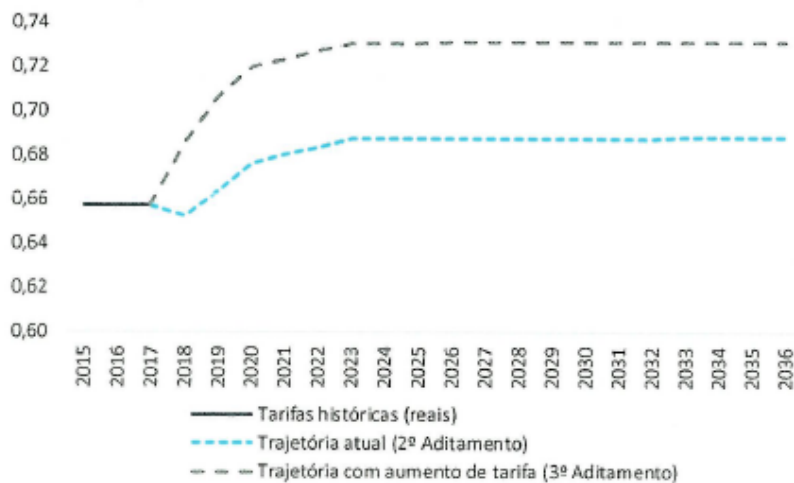
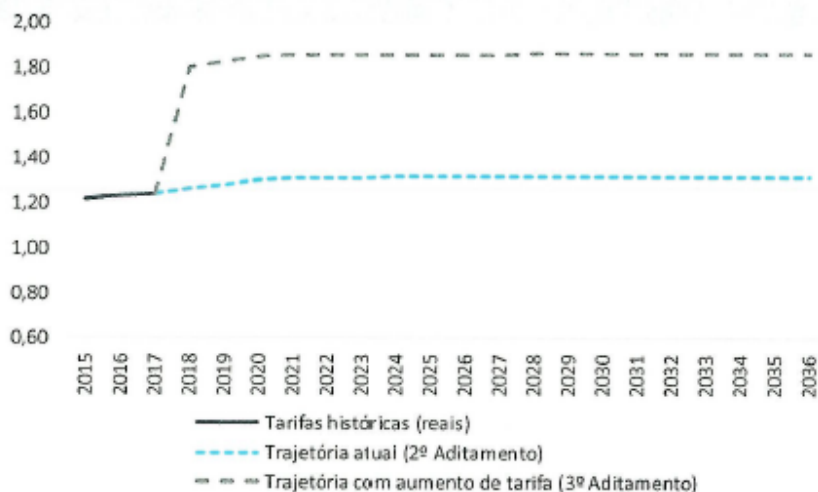




Figura 2 – Evolução das trajetórias tarifárias variáveis de abastecimento de água a utilizadores não-domésticos previstas nos Casos Base do 2º e 3º Aditamento (preços constantes de 2000)



- que os aumentos propostos implicam a deterioração da qualidade do serviço em termos de acessibilidade económica. -----

- que não se considera evidente que a alteração proposta salvaguarde o interesse público e os interesses dos utilizadores dos serviços de águas, na medida em que se traduz apenas num aumento de encargos para estes sem benefício direto para os serviços e pondo em causa as premissas assumidas nos anteriores aditamentos. -----

A ERSAR conclui ainda que a reintrodução da retribuição ao concedente implica a alteração do tarifário, consubstanciado num aumento real das tarifas variáveis de abastecimento de água – um aumento de 6% para utilizadores domésticos e 41% para utilizadores não domésticos, implicando a deterioração da qualidade do serviço em termos de acessibilidade económica ao serviço, sem que implique quaisquer benefício para o consumidor. -----

Por todos isto, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Valongo votam contra ao 3.º aditamento ao contrato de concessão de exploração de gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha e tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Valongo.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que sobre este terceiro aditamento da concessão da Água têm mais um padrão da maioria absoluta do PS. -----
Depois do aumento do IMI, do aumento das receitas com o estacionamento e o aumento de lugares pagos em Ermesinde a Câmara faz um aditamento ao Contrato de Concessão da Água assegurando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mais receitas para o Município e preços mais caros para os cidadãos, com aumentos particularmente para as empresas, mas também, refira-se, acima da média para os consumidores domésticos. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que quando o negócio foi feito a cobertura de saneamento no concelho de Valongo era de 77%, um bocadinho acima dos trinta e tal. -----

Aquilo que era dito é que os SMAES, na altura, faziam um excelente trabalho, é essa a avaliação que é feita do trabalho até à altura em que foi entregue, até porque se as coisas estivessem muito más nenhuma empresa queria. -----

O Senhor Presidente está sempre a dizer que votou contra por não concordar com este tipo de concessões, mas a verdade é que o Senhor Presidente e o PS votaram contra pela forma que esta concessão foi realizada e não por estar contra este tipo de concessão. A declaração de voto feita pelo PS na altura é bem clara relativamente à motivação que levou ao voto contra. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que sempre disse e repete que não é favorável, sempre foi contra. -----

Em 2000 votaram contra, e foi em 2000 que foi prevista a retribuição, o PS votou contra a concessão da Água em baixa, e foi sempre contra, é contra a entrega de monopólios naturais. -----

Na altura discutia-se uma questão mais profunda, que era a questão da degradação da rede ao fim de 30 anos, e mais tarde no futuro se a Câmara entender voltar a gerir como é que fica do ponto de vista da rede. -----

A concessão previa, e bem, o pagamento de uma retribuição por utilização de infraestruturas, com que sempre foram favoráveis, não só o PS foi favorável à reintrodução ou ao pagamento de uma retribuição, há mais forças políticas que já o disseram. -----

Quando houve o aditamento em 2004 se a ideia era acabar com a retribuição retirava-se o artigo do contrato, mas não, o artigo relativo à retribuição continuou no contrato, reconhece votaram abstenção, mas na altura não tinham o acesso que existe hoje à informação, na altura foi dito que aqueles 5 milhões de investimento era pago pelas águas pluviais. -----

No mandato anterior tentaram reintroduzir o pagamento de uma retribuição, que não foi possível, e ao contrário do que é dito a ERSAR não se pronuncia sobre esta questão. -----

O Tribunal de Contas tornou público uma violenta análise a todas as concessões em baixa, onde além de criticar todas as concessões também criticava o regulador, dizia que o regulador não regulou e permitiu tudo e mais alguma coisa, e dizia especificamente em relação a Valongo que deviam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

reintroduzir o pagamento de uma retribuição, e dizia quem 2004 o contrato de concessão foi objeto de um reequilíbrio económico-financeiro, o primeiro, e o impacto financeiro para o concedente traduzindo na eliminação do pagamento das rendas da concessão, a concessionária apenas pagou retribuição nos primeiros 5 anos da concessão, ficando liberta do compromisso de pagamento de rendas nos próximos 31 anos da concessão, o facto de a concessionária ficar isenta do pagamento da retribuição penaliza fortemente os interesses financeiros do concedente, o concedente é a Câmara. -----

Tiveram a preocupação de proteger os consumidores domésticos, estão a falar de um impacto, o consumo tipo, o consumo médio são 10 m³, estão a falar de um aumento de 60 cêntimos, para os domésticos, o que os coloca quatro câmaras abaixo, sendo que a Maia fixa exatamente com a mesma tarifa, 1,84, o que significa que são três. -----

Esta empresa quando chegou a Valongo não encontrou o zero, não era o terceiro mundo, encontrou uma empresa que funcionava, tinha uma taxa de cobertura já muito elevada. -----

Não é aceitável que um regulador, porque não concorda, faça uma análise de evolução dos preços só tendo em consideração uma variável, é que pagam duas variáveis, a ERSAR assume, até de forma contraditória, diz que há uma evolução dos rendimentos, mas para a ERSAR não há evolução, todos os anos o rendimento das famílias é 30.826 em 2016, 30.826 em 2017, 30.816 em 2018, isso não faz sentido porque efetivamente está a haver um aumento do rendimento. -----

Depois a TIR mantem-se, não tem nenhum impacto no investimento que vai ser feito na ETAR. -----

Na questão dos consumidores não domésticos, na questão das IPSS e na questão das juntas vai ter impacto e por isso é que vão transferir mais verbas quer para as IPSS e quer para as juntas de freguesia. O impacto nas empresas é 22,93, 10 m³ – 7,54€, que ficará abaixo de muitas câmaras à volta. -----

Estão a falara para os consumidores domésticos de 60 cêntimos, para a Câmara representa a consumos deste ano 700 mil euros. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a declaração de voto do PS, na altura, diz: “votamos contra não porque sejamos contra a filosofia com o aligeiramento de algumas estruturas administrativas da instituição Câmara pela via privada, mas apenas, e neste caso concreto, porque nos opomos à forma ao modo e ao tempo em que é feita esta alienação”. -----

Quando o Senhor Presidente está a fazer as comparações, primeiro pega no ano que tem um impacto menor, depois tem outra questão é que está a comparar com o segundo aditamento, se compararem com o que tinham antes é muito, os aumentos do primeiro aditamento para o terceiro aditamento são escandalosos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A CDU concorda que haja retribuição para a Câmara, não pode é ser à custa dos valonguenses, o que tinha que acontecer era uma renegociação de forma a diminuir o preço da água. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que vão cobrar 16 milhões de euros à empresa e a TIR vai-se manter, quem é que paga esses 16 milhões são os munícipes. -----

Basta ler o parecer da Comissão Paritária, de março deste ano, com três pessoas idóneas, onde diz que aquilo que o Senhor Presidente acabou de dizer não corresponde à verdade. -----

O Tribunal de Contas um documento que fez sobre a regulação deste tipo de entidades chegou à conclusão que havia uma série de entidades que tinham as TIR superiores a 10%, e o Tribunal de Contas faz um documento onde diz que essas TIR deviam ser baixadas, por introdução ou aumento da retribuição, o que não acontece em Valongo o Tribunal de Contas não estava por dentro da TIR de Valongo nem dos investimentos que foram aqui feitos. -----

A empresa SMAES não estava assim tão bem, a empresa SMAES estava bem naquela altura, se todos se lembram, a dívida dos 20 milhões de euros era a dívida que na altura os SMAES não pagavam à EDP e acumulavam o dinheiro no cofre, e depois esse dinheiro foi utilizado pela Câmara Municipal e ficaram com a dívida à EDP, se os SMAES na altura pagassem à EDP não tinham aquele conforto financeiro. -----

Naquele primeiro aditamento quando foi retirada a retribuição: contratualmente foi introduzido o pagamento de 25 escudos por m3 de água vendida pela concessionária a preços constantes de 2000, depois dizia, de acordo com a legislação em vigor, a retribuição a pagar pela concessionária reverte obrigatoriamente para um plano de investimento na expansão e renovação dos sistemas a cargo do Município concedente. -----

O que está em causa é o que vão fazer com os 16 milhões de euros. -----

A ETAR de Campo é financiada em 85%, a Câmara só tinha que pôr 15%, uma Câmara que quer reverter uma concessão não passa a obra para a concessionária. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que há duas formas de utilização das rendas ou retribuições, uma para investimentos e outra por utilização a título oneroso de bens afetos à concessão, que liga àquilo que foi a orientação do Tribunal de Contas -----

A Comissão Paritária não se pronunciou sobre isto porque não estava em causa discutir a questão, a Comissão Paritária pronunciou-se sobre o outro aditamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que tudo seria diferente se o Senhor Presidente da Câmara dissesse que quer a reintrodução da retribuição porque quer tornar o sistema público, e o valor que vai receber é para criar um fundo de investimento, para no final do contrato a autarquia ter uma quantia razoável e não ter que renegociar com outra empresa para tomar conta, mas neste momento estão a falar de uma simples receita, criação de liquidez para o Orçamento Municipal, mais nada. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o relatório anual do RASARP que todos os anos sai e mede aquilo que é a atividade das empresas em baixa e nos últimos anos, as empresas hoje que exploram são obrigadas a mostrar como é que fazem o investimento na manutenção das redes. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boa Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.9 – Terceiro aditamento ao contrato de concessão de exploração de gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha e tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Valongo, sendo **aprovado por maioria** verificando-se a seguinte votação: -----

Votos Favor: 16 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS e 1 voto do Presidente de Junta de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 10 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.10 – Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2017/2021, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. De seguida colocou à apreciação o ponto 3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, apresentou um **Requerimento** que se anexa à presente ata como **Doc.33** cujo teor se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PPD/PSD vem, por este meio, requerer à Câmara Municipal de Valongo, através da Mesa da Assembleia Municipal, que nos seja fornecida a informação sobre a data de entrada em juízo, causa de pedir e pedido quanto aos seguintes processos judiciais: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

1. Processo n.º142/17.3BEPNF, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel; -----
2. Processo n.º467/17.8BEPNF, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel; -----
3. Processo n.º526/17.7BEPNF, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel; -----
4. Processo n.º636/17.0BEPNF, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel; -----
5. Processo n.º607/17.7BEPNF, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à apreciação o ponto 4. Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira referente ao 1.º semestre de 2017 – apreciação, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. --- De seguida deu continuidade ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando vai entregar as casas depois de muito tempo à espera sente-se muito feliz, porque depois de 4 anos de mais de 600 mil euros de investimento entregaram 102 casas a 283 pessoas e cerca de 100 crianças, e por outro lado fica chateado por não ter capacidade para entregar mais casas. -----

Relativamente à Expoval vai haver um relatório. -----

Este ano, 2017, a Câmara teve que colocar mais dinheiro porque as empresas não deram a ajuda que eles estavam à espera e tiveram que cobrir as despesas. -----

Disse que o GMIME faz muito mais do que a Expoval, basta ver o relatório que foi enviado para os Membros. -----

Informou que o Snow Tubing foi mais caro porque esteve mais tempo. -----

Quanto à ponte de Cabeda, há um problema, um problema que os fez aprender que têm que avaliar, que medir muito bem, porque a determinada altura houve uma rutura na água e a empresa das águas disse que se continuassem iam pôr sem água 12 mil pessoas, encontrou-se uma tubagem que tem um tudo especial que leva uma pressão de água muito grande, e é um tubo que basta um mínimo choque, que foi o que aconteceu com a colocação das estacas para segurar a ponte, a vibração provocou uma fratura na conduta. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a admissão dos seguintes documentos: -----

- **Moção**, apresentada pelo BE, anexo à presente ata como **Doc.4** – Admitida por unanimidade; -----
- **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, anexo à presente ata como **Doc.14** – Admitido por unanimidade; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, anexo à presente ata como **Doc.15**

– Admitido por unanimidade; -----

- **Voto de Louvor**, apresentado pelo representante da Junta de Freguesia de Alfena, anexo à presente ata como **Doc.17** – Admitido por unanimidade; -----

- **Voto de Pesar/Voto de Louvor**, apresentado pela Mesa da Assembleia, anexo à presente ata como **Doc.18** – Admitido por unanimidade; -----

- **Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.3** – Admitida por unanimidade; -----

- **Recomendação**, apresentado pelo representante da Junta de Freguesia de Alfena, anexo à presente ata como **Doc.16** – Admitido por unanimidade; -----

De seguida colocou à discussão **Moção**, apresentada pelo BE, anexo à presente ata como **Doc.4**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **reprovada por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos a favor: 3 votos a favor, sendo: 2 votos do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Grupo Municipal do BE; -----

Votos contra: 23 votos contra, sendo: 15 votos do grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

Abstencões: 1 abstenção do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o - **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, anexo à presente ata como **Doc.14**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o **Voto de Louvor**, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, anexo à presente ata como **Doc.15**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**; -----

Colocou de seguida à discussão o **Voto de Louvor**, apresentado pelo representante da Junta de Freguesia de Alfena, anexo à presente ata como **Doc.17**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**; -----

De seguida colocou à discussão o **Voto de Pesar/Voto de Louvor**, apresentado pela Mesa da Assembleia, anexo à presente ata como **Doc.18**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**, fazendo-se de seguida um minuto de silêncio; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Recomendação**, apresentado pelo representante da Junta de Freguesia de Alfena, anexo à presente ata como **Doc.16**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**: -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, fez a seguinte Declaração de Voto; -----

“Gostaria de dizer que nós votamos favoravelmente porque segundo sabemos quer o Atlético Clube Alfense, quer o Centro Social e Paroquial de Alfena receberam subsídios por parte da Câmara Municipal, certamente esta recomendação está já compatibilizada com aquilo que foi a atuação da Câmara junto das duas organizações.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.3**, **aprovada por maioria**, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 21 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, António Sérgio Ribeiro Pinto, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos contra: 6 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

“Apesar de concordarmos com o dispositivo desta recomendação, ou seja quanto à substância concordamos não concordamos com os considerandos, fizemos a proposta de alteração ao representante do BE para alterar os considerandos com os quais não concordamos, a nossa proposta não foi aceite razão pela qual tivemos que votar contra.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou em votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 2.9 e 2.10, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____